UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

***CAMPUS* CERRO LARGO**

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

MATHEUS FERNANDES ROTTA

TRANSPARÊNCIA DE INFORMAÇÕES ON-LINE DISPONIBILIZADAS PELOS INSTITUTOS E UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO RIO GRANDE DO SUL

CERRO LARGO

2019

MATHEUS FERNANDES ROTTA

TRANSPARÊNCIA DE INFORMAÇÕES ON-LINE DISPONIBILIZADAS PELOS INSTITUTOS E UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO RIO GRANDE DO SUL

Trabalho de conclusão do curso de graduação apresentado como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Monize Sâmara Visentini

CERRO LARGO

2019

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Rotta, Matheus Fernandes
Transparência de informações on-line disponibilizadas pelos Institutos e Universidades Públicas do Rio Grande do Sul / Matheus Fernandes Rotta. -- 2019.
104 f.:il.

Orientadora: Professora Doutora Monize Sâmara Visentini.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Administração, Cerro Largo, RS , 2019.

1. Transparência Pública. 2. Divulgação. 3. Instituições Federais. 4. Portais eletrônicos. I. Visentini, Monize Sâmara, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MATHEUS FERNANDES ROTTA

TRANSPARÊNCIA DE INFORMAÇÕES ON-LINE DISPONIBILIZADAS PELOS INSTITUTOS E UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO RIO GRANDE DO SUL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi defendido e aprovado pela banca em: 09/10/2019.

BANCA EXAMINADORA:

Orientadora Prof.ª Dr.ª Monize Sâmara Visentini

Prof. Dr. Ari Söthe – UFFS

Prof. Dr. Edemar Rotta – UFFS

Dedico este trabalho primeiramente a Deus por iluminar meu caminho ao longo dessa trajetória, aos meus pais Antônio e Cleonice pelo incentivo, aos meus amigos pelo apoio e a Prof. Dra. Monize por toda paciência e compreensão na conclusão desta importante etapa da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter me dado força e coragem durante toda esta caminhada. Quero agradecer também a todas as pessoas que de certa forma auxiliaram e me apoiaram na obtenção desta conquista.

Obrigado família por me amparar nos momentos difíceis. Quero agradecer **especialmente aos meus pais Antônio e Cleonice** por estar sempre ao meu lado me apoiando e incentivando nas decisões. Agradecer ao **meu irmão Jardel**, que sempre acreditou na minha capacidade. E, de certa forma **a todos que sempre torceram por mim**.

Além disso, quero **agradecer veementemente a minha orientadora Prof. Dra. Monize Sâmara Visentini**, que **sempre esteve disposta** a **me ajudar** independentemente de dia, hora ou ocasião. Obrigado por **acreditar** no meu potencial, por transpassar seus conhecimentos, experiências, pela sua amizade e pelas suas colaborações.

Quero também **agradecer a todos os professores do curso de Administração** da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* Cerro Largo, que me auxiliaram na construção desta conquista, repassaram seus conhecimentos e possibilitaram me tornar o que sou hoje.

À todos vocês, muito obrigado!

RESUMO

Os portais eletrônicos são mecanismos muito utilizados nas Instituições de Ensino Superior (IES), pois permitem o compartilhamento de dados e informações, não só à comunidade acadêmica como também, a toda a população. Considerados meios que possibilitam organizar informações de maneira adequada e objetiva, esses portais facilitam a administração e o gerenciamento institucional. A partir disso, este estudo foi realizado com intuito de determinar a transparência presente nos portais eletrônicos das IES Púbicas do Rio Grande do Sul utilizando o Índice de Divulgação das Universidades Federais (IndexDUF). Esta métrica busca determinar o índice de transparência presente em Institutos e Universidades Federais, por meio de onze categorias de análise. O desenvolvimento deste trabalho deu-se através de uma pesquisa quantitativa de natureza descritiva, por meio de um estudo transversal único para identificar a presença ou ausência dos componentes do IndexDUF nas onze IES analisadas. Nos resultados, foi possível identificar a presença e a ausência de informações nos portais institucionais, sendo a categoria mais divulgada por todas as IES públicas referente às Atividades acadêmicas (extensão), a qual alcançou uma média geral de divulgação de 90,91%. Além disso, a categoria mais divulgada por Institutos Federais (IFs) corresponde à Participação Eletrônica, e a mais divulgada pelas Universidades Federais (UFs) é a relacionada às Atividades acadêmicas (extensão). As categorias menos divulgadas pelas IES são as relacionadas às Características da Informação Financeira e Informação de Responsabilidade Social. Nos IFs, as categorias que apresentam menores índices de transparência são as categorias de atividades acadêmicas (ensino); características da informação financeira; e informação sobre responsabilidade social, onde a de responsabilidade social é a menos divulgada com média de 44,44%. Nas UFs, as categorias menos divulgadas estão relacionadas às Características da Informação Financeira e Informação de Responsabilidade Social com percentual de divulgação de 70.83%. A instituição com maior nível de divulgação encontrado foi a UFFS, indicando uma média percentual de 89,19% e a instituição com menor média de divulgação encontrada foi a UERGS, que indicou apenas 69,82% de transparência. A partir dos resultados obtidos, foi possível concluir que nenhuma das 11 instituições é 100% transparente e que a quantidade máxima de itens divulgados

foi de 128 itens (UFFS). Além disso, os IFs indicam menor índice de transparência (75,99%) em seus portais eletrônicos que as UFs (82,62%), entretanto, todas as IES divulgam pelo menos 97 dos 139 itens que compõe o IndexDUF.

Palavras chave: Transparência pública. Divulgação. Instituições federais. Portais.

ABSTRACT

Electronic portals are mechanisms widely used in Higher Education Institutions (HEI), as they allow the sharing of data and information to the entire population and not just the academic community. These portals are considered ways that make it possible to organize information properly, objectively and facilitate the administration and institutional management. Thus, this study was conducted to determine the transparency present in the electronic portals of the Rio Grande do Sul Public HEIs using the Federal Universities Disclosure Index (IndexDUF). This metric aims to determine the transparency index present in Federal Institutes and Universities through eleven categories of analysis. This was quantitative descriptive research, through a single cross-sectional study to identify the presence or absence of IndexDUF components in the eleven analyzed HEIs. It was possible to identify the presence and absence of information in institutional portals, of which the most widespread category for all public higher education institutions was related to academic activities (extension), which achieved an overall average of disclosure of 90.91%. Besides, the category most publicized by Federal Institutes (FIs) corresponds to Electronic Participation and the most publicized by Federal Universities (FUs) is related to Academic Activities (extension). The categories least disclosed by the HEI were related to the Characteristics of Financial Information and Social Responsibility Information. In the Federal Institutes, the categories with the lowest transparency indices were the categories of academic activities (teaching), characteristics of financial information and information on social responsibility. The latter was the least disclosed, with an average of 44.44%. In Federal Universities, the least disclosed categories are related to the Characteristics of Financial Information and Social Responsibility Information with a disclosure percentage of 70.83%. The institution with the highest level of disclosure found was UFFS, indicating an average percentage of 89.19% and the institution with the lowest level of disclosure found was UERGS, which indicated only 69.82% of transparency. It was concluded that none of the 11 institutions is 100% transparent and that the maximum number of items disclosed was 128 items (UFFS). Besides, Federal Institutes indicate lower transparency (75.99%) in their electronic portals than Federal Universities (82.62%),

however, all HEIs disclose at least 97 of the 139 items that are part of IndexDUF.

Keywords: Public Transparency. Disclosure. Federal Institutions. Portals.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 — Componentes do IndexDUF.....41
Tabela 2 — Categorias do Índice de Divulgação da População Investigada 44
Tabela 3 — Categoria 1: Dados gerais da instituição 46
Tabela 4 — Categoria 2: Atividades acadêmicas (ensino) 48
Tabela 5 — Categoria 3: Atividades acadêmicas (pesquisa) 51
Tabela 6 — Categoria 4: Atividades acadêmicas (extensão) 52
Tabela 7 — Categoria 5: Informação financeira e de gestão 54
Tabela 8 — Categoria 6: Características da informação financeira 57
Tabela 9 — Categoria 7: Informação sobre responsabilidade social 59
Tabela 10 — Categoria 8: Informação sobre condições de qualidade administrativa e acadêmica da instituição 61
Tabela 11 — Categoria 9: Informação relativa à navegabilidade, acesso e desenho da página web 62
Tabela 12 — Categoria 10: E-Serviços 65
Tabela 13 — Categoria 11: E-Participação 66
Tabela 14 — IndexDUF dos Institutos Públicos do Rio Grande do Sul 68
Tabela 15 — IndexDUF das Universidades Públicas do Rio Grande do Sul.....69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IES	Instituições de Ensino Superior
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
LAI	Lei de Acesso à Informação
UFs	Universidades Federais
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFCSPA	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
IFs	Institutos Federais
UERGS	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
IFFar	Instituto Federal Farroupilha
IFRS	Instituto Federal do Rio Grande do Sul
IFSul	Instituto Federal Sul-Rio-Grandense
IndexDUF	Índice de Divulgação das Universidades Federais
E-Informação	Informação Eletrônica
E-Serviços	Serviços Eletrônicos
E-Participação	Participação Eletrônica
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
CGU	Controladoria Geral da União
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior
SI	Sistemas da Informação
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 15

1.1 TEMA 17

1.1.1 Problema de pesquisa 17

1.2 OBJETIVOS 17

1.2.1 Objetivo geral 18

1.2.2 Objetivos específicos 18

1.3 JUSTIFICATIVA 18

2 TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E O ACESSO À INFORMAÇÃO 20

2.1 TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO 20

2.2 ESTUDOS ANTERIORES SOBRE A TRANSPARÊNCIA DE INFORMAÇÕES NOS PORTAIS ELETRÔNICOS DAS IES 26

2.3 CARACTERÍSTICAS RELEVANTES PARA AVALIAÇÃO DOS PORTAIS DAS IES 32

3 METODOLOGIA 38

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO 38

3.2 POPULAÇÃO 39

3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS E RESPECTIVA ANÁLISE 40

4 IDENTIFICAÇÃO E COMPARAÇÃO DO INDEXDUF DAS IES ESTUDADAS 43

4.1 ANÁLISE DAS CATEGORIAS CORRESPONDENTES AO INDEXDUF 43

4.1.1 Dados gerais da instituição 45

4.1.2 Atividades acadêmicas (ensino) 48

4.1.3 Atividades acadêmicas (pesquisa) 50

4.1.4 Atividades acadêmicas (extensão) 52

4.1.5 Informação financeira e de gestão 53

4.1.6 Características da informação financeira 57

4.1.7 Informação sobre responsabilidade social 59

4.1.8 Informação sobre condições de qualidade administrativa e acadêmica da instituição 60

4.1.9 Informação relativa à navegabilidade, acesso e desenho da página web....62

4.1.10 E-Serviços 64

4.1.11 E-Participação 66

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 71

REFERÊNCIAS.....75

ANEXO A – Índice de Divulgação das Universidades Federais (IndexDUF) 80

APÊNDICE A – Apresentação das Universidades participantes do estudo.....94

1 INTRODUÇÃO

As instituições geralmente apresentam grandes fluxos de dados e informações em suas plataformas. Para isso, necessitam de meios que sejam capazes de organizar estas informações de maneira adequada, objetiva e de fácil compreensão, afinal, uma das condições indispensáveis para a sobrevivência das instituições na sociedade contemporânea é o processamento adequado de informações (MOLINA, 2008). A divulgação das informações permite que estas autarquias tornem-se mais conhecidas por disporem de uma comunicação pública que informa aos cidadãos suas ações (ZÉMOR, 2009).

Nas instituições públicas, a questão de transparência é considerada como um avanço decorrente das várias lutas da sociedade civil organizada, as quais possibilitaram a transmissão de conhecimentos para a população (COUTINHO; ALVES, 2015). Os autores complementam que, a partir da disponibilidade das informações governamentais, a sociedade torna-se capaz de participar de conselhos e acessar fóruns de discussão para expressar suas opiniões e formular críticas construtivas e racionais, possibilitando que os gastos públicos sejam geridos de forma explícita e que atendam adequadamente às necessidades básicas da população.

As instituições de ensino superior dispõem de portais eletrônicos, os quais são considerados plataformas na *web* que possibilitam a troca de informações referentes à instituição, de maneira que esta seja transparente e sirva para que os *stakeholders*[1] não só compreendam as atividades que são desenvolvidas pela mesma, como, também, tenham conhecimento sobre o gerenciamento e controle dos recursos públicos que estão sendo utilizados no desenvolvimento destas ações (ZORZAL, 2015).

Os portais eletrônicos governamentais, segundo Platt Neto et al. (2006), são tecnologias resultantes da estrutura da administração pública brasileira. Os autores ainda ressaltam que as Universidades Federais e Estaduais são fundações dependentes de bens públicos, ou seja, necessitam de recursos governamentais para pôr em prática suas atividades institucionais. Por se tratarem de autarquias públicas, são consequentemente obrigadas pela Constituição Federal a reverenciar os princípios de gestão pública, transparecendo e prestando contas sobre como

[1] Partes Interessadas.

estes recursos estão sendo aplicados. Molina (2008) entende que a necessidade da implantação dos portais eletrônicos nas Instituições de Ensino Superior (IES) Federais, vem justamente pelo fato da sociedade contemporânea ser cada vez mais preocupada com o desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), que permitem que a comunidade estabeleça uma inter-relação com determinada instituição.

As Universidades e Institutos Federais devem utilizar a rede de internet para demonstrar como são geridos os recursos públicos na instituição. Além dos portais eletrônicos, estas autarquias devem fazer o uso todos os mecanismos que tiverem disponíveis para divulgar suas ações. Assim, trata-se no art. 8.º, § 2.º, da Lei 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação (LAI), (BRASIL, 2011) que:

> § 2.º Para cumprimento do disposto no caput, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet) (BRASIL, 2011).

Da mesma forma, compõe alguns requisitos obrigatórios como disposto no art. 8.º, § 3.º, desta mesma Lei, que impõe que estes portais devem "conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão" (BRASIL, 2011). A grande maioria dos portais das Universidades Públicas Federais, de acordo com Rodrigues (2013), apresenta poucos esclarecimentos em relação aos aspectos exigidos pela LAI. Por estas instituições se tratarem de um ambiente onde são produzidos conhecimentos, o autor alega que, a cultura de acesso à informação deve ser frequentemente discutida, já que esta permite que os indivíduos levantem distintos julgamentos e opiniões em relação ao uso dos recursos públicos.

No Rio Grande do Sul, as Universidades Federais (UFs) (UFSM, UFFS, UNIPAMPA, UFPEL, UFRGS, UFCSPA, FURG), os Institutos Federais (IFs) (IFFar, IFRS, IFSul) e a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) dispõem de portais eletrônicos, os quais são estudados nesta pesquisa, com o intuito de identificar, qual o índice de transparência das informações neles fornecidas. A presente pesquisa é realizada através do Índice de Divulgação das Universidades Federais (IndexDUF), o qual se trata de uma métrica elaborada por Pessôa (2013), para determinar a transparência presente dos portais de instituições de ensino.

Pessôa (2013) afirma que o IndexDUF é uma métrica que pode ser utilizada tanto para Universidades, quanto para Institutos Federais, afinal, trata-se de um índice que mantém itens estabelecidos pela legislação brasileira. O IndexDUF aborda questões referentes aos dados gerais da instituição, às atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, informação financeira e de gestão, características da informação financeira, informação sobre responsabilidade social, informação sobre condições de qualidade administrativa e acadêmica da instituição, informação relativa à navegabilidade, acesso e desenho da página web, informação eletrônica (E-Informação), serviços eletrônicos (E-Serviços), participação eletrônica (E-Participação) e itens correspondentes a LAI.

1.1 TEMA

A temática deste trabalho refere-se a Transparência de Informações nos Portais Eletrônicos dos Institutos e Universidades Públicas do Rio Grande do Sul.

1.1.1 Problema de pesquisa

Com intuito de trazer maiores esclarecimentos sobre a gestão pública e transparência nos portais das instituições federais e estaduais do Rio Grande do Sul, o trabalho em questão visa responder ao seguinte questionamento: **“Qual o índice IndexDUF de transparência das informações fornecidas pelos Portais Eletrônicos dos Institutos e Universidades Públicas do Rio Grande do Sul?”**

1.2 OBJETIVOS

De acordo com Lakatos e Marconi (2003), todo estudo deve partir de uma finalidade instaurada, promovendo uma relação de comprometimento entre os meios exploratórios responsáveis pelo alcance dos objetivos e, consequentemente, pela expansão de sua sapiência. Sob o mesmo ponto de vista, o estudo em questão foi desenvolvido através do estabelecimento do objetivo geral e para entendê-lo de forma adequada e pormenorizada, incorporam-se os objetivos específicos do estudo ligado a gestão pública e transparência nos portais das instituições federais e estaduais do Rio Grande do Sul.

1.2.1 Objetivo geral

Identificar o índice IndexDUF de transparência das informações fornecidas pelos Portais Eletrônicos dos Institutos e Universidades Públicas do Rio Grande do Sul.

1.2.2 Objetivos específicos

- Identificar nos portais eletrônicos das IES pesquisadas as informações disponibilizadas sobre os componentes do IndexDUF;
- Comparar os resultados dos índices de transparência obtidos por categorias de IES e componentes do IndexDUF;
- Determinar o IndexDUF de cada IES estudada;

1.3 JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa possibilitará ao leitor uma visão detalhada referente às ações exercidas pelas Instituições Públicas presentes no Rio Grande do Sul, garantindo que o indivíduo tenha conhecimento sobre quais Universidades e Institutos do Estado, atendem os requisitos previstos na LAI e quais ainda possuem parâmetros que necessitam de ajustes.

O estudo em questão é relevante para a sociedade, pois permite que a mesma compreenda se o detalhamento das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, estão, ou não, sendo desempenhadas pelas instituições. A partir do momento em que a sociedade passa a receber informações sobre como estão sendo destinados os recursos públicos dentro das Universidades, a mesma tende a desenvolver maior confiança sobre a instituição, percebendo que autarquia de ensino atua de forma racional e inteligente, não restringindo suas informações aos *stakeholders* (ZÉMOR, 2009).

O controle social nem sempre foi exercido de forma rigorosa pelos cidadãos brasileiros, isso porque a educação política por muitas vezes foi considerada privada, não permitindo que a sociedade tivesse o acesso aprofundado sobre a mesma (FARACO, 2015). A partir desta pesquisa, a população poderá ampliar seus

conhecimentos em relação a transparência de informações presentes nos portais das Universidades e Institutos Públicos do Rio Grande Do Sul, assim como compreender questões referentes à LAI e determinados aspectos nela previstos.

Em relação à utilidade prática, acredita-se que esta pesquisa poderá colaborar para demonstrar aos *stakeholders*, gestores, governo, e demais partes interessadas, como essas IES divulgam virtualmente suas informações de gestão. Também espera-se que este estudo contribua para que os gestores dos Institutos e Universidades estudados identifiquem, nos portais eletrônicos das suas instituições, as possíveis ausências de informações, permitindo assim, que estas possam, futuramente, ser implantadas (ZORZAL, 2015).

De acordo com Agostineto e Raupp (2010), diversas pesquisas ressaltam a importância da gestão e transparência tanto governamental, quanto estadual dos recursos públicos. Em contrapartida, as pesquisas sobre a transparência dos portais das instituições públicas de ensino superior são ínfimas, indicando que as preocupações da sociedade civil em exercer um papel fiscalizador não são totalmente propagadas a essas instituições (SILVEIRA, 2012). Dessa forma, percebe-se a importância deste estudo, que vai ao encontro da busca pela ampliação das investigações e da compreensão desta situação junto as IES localizadas no RS.

Através da pesquisa, os gestores dos Institutos e Universidades Públicas, poderão, segundo Ferreira (2005), perceber que o ato de disponibilizar informações agrega valores na tomada de decisões da instituição, não só pelo fato de aperfeiçoar as relações comunicativas com a sociedade, mas também por demonstrar que estes processos de interação permitem que o país tenha uma democracia mais ativa. Em vista disso, as informações não devem ser divulgadas só por serem obrigadas pela Lei de Acesso à Informação (LAI), mas sim por gerar conhecimento, o qual age como um dos mais importantes pilares da democracia contemporânea.

2 TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E O ACESSO À INFORMAÇÃO

Este capítulo está estruturado em três seções. A primeira seção trata sobre questões referentes à Transparência Pública e a Lei de Acesso à Informação. Na segunda seção são abordados estudos anteriores que englobam aspectos referentes a transparência de informações nos portais eletrônicos nas IES. Por fim, a terceira e última seção, apresenta características relevantes para avaliação dos portais de universidades e institutos públicos.

2.1 TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Considerada como uma ferramenta muito eficiente, não só para identificar ações corruptas, como também para controlar as distintas aplicações de recursos públicos, a transparência tornou-se um mecanismo indispensável na vida da sociedade. Há algumas décadas atrás já era possível perceber que determinados aspectos referentes à transparência de informações estavam sendo implementados, a fim de garantir que o cidadão exercesse um papel fiscalizador sobre as ações governamentais e estatais (PESSÔA, 2013). Isso é percebido através da Constituição Federal de 1988, que apresenta no seu artigo 5.º, inciso XXXIII que (BRASIL, 1988):

> Art. 5.º [...]
> [...] XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (BRASIL, 1988).

Portanto, as informações (com exceção das de caráter particular) devem ser divulgadas à sociedade interessada, permitindo que todos percebam as ações de transparência que são realizadas pelo governo. Esse processo de transparência permite que a sociedade compreenda o nível de preocupação que o Estado demonstra sobre a população, possibilitando também, que os indivíduos compreendam mais a fundo a Administração Pública e possam assim, estar informados sobre seus princípios (KANAANE et al., 2010). A Constituição Federal (CF) de 1988, em seu art. 37, impõe que: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos

Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência" (BRASIL, 1988).

Zorzal (2015, p. 101) ressalta que "com base no princípio da publicidade, o cidadão tem o direito de conhecer os atos realizados na Administração Pública e com isso exercer o controle social". Ou seja, esse princípio constitucional age como um divulgador dos direitos para a sociedade contemporânea pois auxilia no desenvolvimento e participação democrática, permitindo que o povo conheça a forma de atuação do Estado e tenha poder diante do Estado Democrático de Direito (CARVALHO, 2014). Para dar continuidade às ações de incentivo no processo de transparência de informações públicas foi criada a Lei 9.755/98, a qual descreve que o Tribunal de Contas da União deve realizar a transmissão de dados e informações interligadas a administração pública, através da criação de "*homepage*" na *web* (BRASIL, 1998). Essas informações se referem à:

> I. Os montantes de cada um dos tributos arrecadados pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, os recursos por eles recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar e a expressão numérica dos critérios de rateio (caput do art. 162 da Constituição Federal);
> II. Os relatórios resumidos da execução orçamentária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (§3.º do art. 165 da Constituição Federal);
> III. O balanço consolidado das contas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, suas autarquias e outras entidades, bem como um quadro estruturalmente idêntico, baseado em dados orçamentários (art. 111 da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964);
> IV. Os orçamentos do exercício da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e os respectivos balanços do exercício anterior (art. 112 da Lei n.º 4.320, de 1964);
> V. Os resumos dos instrumentos de contrato ou de seus aditivos e as comunicações ratificadas pela autoridade superior (caput do art. 26, parágrafo único do art. 61, §3.º do art. 62, arts. 116, 117, 119, 123 e 124 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993);
> VI. As relações mensais de todas as compras feitas pela Administração direta ou indireta (art. 16 da Lei n.º 8.666, de 1993) (BRASIL, 1998).

Antes de ser implementada a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2012 (LAI), Faraco (2015) relata que já existiam Leis que garantiam, até então, os direitos fiscais dos indivíduos, sendo que uma delas é a chamada Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 ou simplesmente, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e a outra é denominada Lei Complementar 131/2009, também conhecida como Lei da Transparência. A LRF foi implantada com o intuito de gerir e fiscalizar as finanças

públicas, estabelecendo o uso de distintos mecanismos, conforme expressa o Art. 48.º, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 (BRASIL, 2000):

> Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos (BRASIL, 2000).

Além de dispor de instrumentos que possibilitam fiscalizar as ações exercidas pelos órgãos públicos, a LRF incrementa que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, deverão disponibilizar, em meios eletrônicos de acesso público, informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais, como é apresentado no Art. 48.º, § 2.º, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 (BRASIL, 2000):

> § 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público (Incluído pela Lei Complementar nº 156, de 2016).

Posteriormente é criada a Lei Complementar 131/2009, também conhecida como Lei da Transparência, a qual faz o incremento das normas de finanças públicas interligadas a Responsabilidade Fiscal, possibilitando a determinação e disponibilização das informações referentes à execução orçamentária e financeira (receitas e despesas) em tempo real da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, como disposto no Art. 48-A (BRASIL, 2009):

> Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:
> I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;
> II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários (BRASIL, 2009).

Coutinho e Alves (2015) informam que, mesmo após a implantação dessa Lei, muitos indivíduos ainda apresentavam questionamentos referentes à divulgação

dessas informações. Então, passaram a ter dúvidas em relação à eficácia e eficiência de divulgação, pois de nada adiantaria ter um grande número informações se os indivíduos não soubessem usá-las no processo de controle social.

Questionamentos como: “[...] Quanto dessas informações são utilizadas de maneira que possam embasar as decisões dos cidadãos? Apenas essa divulgação espontânea é o suficiente para falarmos de transparência e maior participação da sociedade nos processos decisórios de políticas públicas?” (COUTINHO; ALVES, 2015, p. 133), foram utilizados para incentivar a implementação de uma nova Lei, afinal, faria sentido implementar meios que transparecessem as ações públicas onde a sociedade desconhecesse dos cursos que a levasse obter as informações desejadas, ou que, de alguma forma, estes caminhos apresentassem difícil acesso, surgindo assim, a chamada Lei de Acesso à Informação.

Para tanto, “o processo brasileiro, formalmente concluído com a promulgação da Lei de Acesso à Informação Pública, em 2011, e com sua regulamentação, em 2012, teve, como seu primeiro desafio, a sua própria implantação” (RESENDE; NASSIF, 2015, p. 4). Segundo Resende e Nassif (2015), esta Lei somente foi implantada pelo Poder Executivo após o mesmo ter realizado um amplo trabalho na coordenação de seus interesses.

O órgão que se tornou responsável pela criação da LAI no ambiente Executivo Federal, foi a Controladoria Geral da União (CGU). Esta controladoria também foi conhecida como o “órgão governamental dos três poderes, com maior capacidade para organizar e fomentar políticas de acesso, sendo portanto, um órgão de referência para questões relativas à transparência no Brasil” (RESENDE; NASSIF, 2015, p. 4).

A LAI, de acordo com Carvalho (2014), passou a viger a partir de 16 de maio de 2012. A partir desse dia, os indivíduos passaram a ter o direito de solicitar quaisquer informações (exceto as que apresentassem sigilos previstos em Lei) ligadas aos órgãos e entidades públicas de Poder Legislativo, Executivo e Judiciário, sem precisar apresentar nenhum motivo específico para isso.

A LAI comporta um sistema que estabelece “[...] procedimentos, (solicitação via internet, pessoalmente, telefone, etc.), prazos (para fornecimento das informações, para interposição de recurso, etc.) e responsabilidades ao agente público que não cumprir as determinações legais” (CARVALHO, 2014, p. 73). Além disso, a “Lei especifica ainda quais formatos de divulgação e tipos de informação a

serem divulgados” (PESSÔA, 2013, p. 33) e em seu Art. 8.º, a LAI estabelece que pelo menos as seguintes informações sejam apresentadas (BRASIL, 2011):

> I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;
> II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;
> III - registros das despesas;
> IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;
> V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; e
> VI - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade (BRASIL, 2011).

Então, como disposto no Art. 8.º da LAI: “É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas” (BRASIL, 2011). Ou seja, ampliar e facilitar o acesso às informações públicas, permitindo que a população tome conhecimento, não só das ações governamentais, mas também dos elementos exigidos por Lei.

Após a diversas reivindicações de transparência, a Lei 12.527/11 passou a regulamentar o amplo acesso às informações públicas. Depois da LAI ser publicada, a gestão pública passou a atender muitos pedidos de *stakeholders,* pois muitos portais passaram a disponibilizar diversos documentos e informações (FARACO, 2015). O autor complementa que, para ter um desempenho adequado e prestar atendimento eficiente à sociedade, os órgãos públicos devem atentar-se aos princípios da administração pública pois estes colaboram para que o acesso a informação seja amplo e repassado para todos os indivíduos interessados. O Art. 3.º da Lei n.º 12.527/11 demonstra esses princípios (BRASIL, 2011):

> Art. 3.º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:
> I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;
> II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;
> III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;
> IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;

> V - desenvolvimento do controle social da administração pública (BRASIL, 2011).

Acredita-se assim, que a LAI possibilita que *stakeholders* tenham um amplo acesso às informações de caráter comunitário e, com isso, permite que os indivíduos interessados estabeleçam relações mais próximas aos órgãos públicos, solicitando quaisquer tipos de informações que estejam em conformidade com a LAI (FARACO, 2015). A LAI só teve sua existência graças ao amplo envolvimento do Governo Federal na sua implantação, visto que, o direito de acesso às informações no Brasil só veio a ser implantado após o país perceber que muitos países já tinham estabelecido essa Lei de forma constitucional em seus territórios (CARVALHO, 2014).

Após a LAI ser estabelecida, ela passou a permitir um vasto acesso à informações públicas, especificando os elementos que deveriam estar presentes nos portais eletrônicos e remetendo ampla obrigatoriedade na disponibilização de informações dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, dos órgãos e entidades públicas e esferas governamentais (CARVALHO, 2014). Esta mesma Lei compreende que os indivíduos podem fazer exigência de seus direitos e ter livre acesso à documentos, registros, informações sobre atividades dos órgãos e entidades públicas, informações sobre o patrimônio público e como este é utilizado, informações referentes aos programas e projetos, entre outros (BRASIL, 2011). Isso é percebido através do Art. 7º da Lei n.º 12.527/11:

> Art. 7.º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:
> I - orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada;
> II - informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos;
> III - informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado;
> IV - informação primária, íntegra, autêntica e atualizada;
> V - informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços;
> VI - informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos; e
> VII - informação relativa:
> a) à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos;

> b) ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores (BRASIL, 2011).

Entretanto, apesar da Lei de Acesso à Informação (LAI) compreender os direitos da transparência e ter estes elementos dispostos no decreto de regulamentação, muitos desses itens não estão totalmente disponíveis nos portais eletrônicos ou apresentam distorções em sua integridade (RODRIGUES, 2013). Assim, a análise dos portais eletrônicos das IES, se põe como uma necessidade para ampliar o detalhamento referente às informações disponíveis nos portais dos Institutos e Universidades Públicos gaúchos.

Com esta análise será possível demonstrar o índice de relevância que a apresentação destas informações trás para a população. Para isso torna-se relevante o conhecimento de estudos que fizeram a ligação entre a transparência de informações e portais eletrônicos de Universidades e Institutos de ensino, compreendendo assim, as formas e métodos dos quais foram utilizados por estes autores e quais os principais impactos que estas pesquisas causaram no âmbito social acadêmico.

2.2 ESTUDOS ANTERIORES SOBRE A TRANSPARÊNCIA DE INFORMAÇÕES NOS PORTAIS ELETRÔNICOS DAS IES

As IES passaram por diversas transformações nos seus métodos de processamento de dados e informações, das quais modificaram consideravelmente as formas de gerência de seus processos institucionais (ZORZAL, 2015). A autora expressa também que essas mudanças colaboraram para que as instituições contemporâneas estivessem cada vez mais ligadas à disponibilização e interpretação das informações, (consequência resultante da ampliação da divulgação e produção de informações) e da participação socioeconômica dos indivíduos nestes processos.

As instituições públicas de ensino passaram a transparecer os processos realizados dentro destas autarquias, no intuito de estimular a participação dos cidadãos e informá-los sobre o seu gerenciamento. Além disso, como a internet tornou-se uma ferramenta que facilitou o processo de divulgação de informações, ela também permitiu que os *stakeholders* questionassem as ações exercidas pelas

instituições, o que acabou trazendo retornos positivos para a própria IES (SILVEIRA, 2012).

Para exercer um processo transparente sobre as ações exercidas pelas instituições de ensino superior, faz-se o uso dos portais eletrônicos. Estes portais são instrumentos que facilitam a disponibilização de informações em meio à *web*, auxiliando na inter-relação dos indivíduos com a administração pública e cooperando para o desenvolvimento democrático e eficiente dos elementos de transparência (ROSA, 2014).

Martins (2011) esclarece que existem duas formas de exercer os processos de transparência administrativa nas instituições. Uma delas é a chamada transparência ativa, que tem como fundamento divulgar as informações de maneira aberta, espontânea e simplificada, obrigando as instituições a disponibilizarem e espalharem conhecimentos ligados a suas atividades. Já a outra refere-se à transparência passiva, que diz respeito ao interesse dos *stakeholders,* que podem realizar a solicitação de dados, informações e conhecimentos, além de receber permissão e acesso à documentação da instituição, podendo fazer requerimentos e receber cópias destes documentos.

Para Rodrigues (2013), os portais das IES Federais e Estaduais devem se enquadrar nas mesmas exigências dos portais do estado, interagindo e comunicando-se de forma a buscar maior compreensibilidade e acessibilidade às informações, além de disponibilizá-las de forma clara e objetiva. Agostineto e Raupp (2010) expressam que o processo de implantação dos portais eletrônicos nas instituições, possibilitou que o cidadão tivesse então, acesso às atividades e serviços da IES, elevando seu grau de acessibilidade e cultura social, além de trazer estímulos às exigências relacionadas a democracia e a prestação de contas da instituição.

Silveira (2001) complementa que, além da internet auxiliar no processo de reconhecimento da instituição através de seus portais eletrônicos, ela também traz vantagens em relação aos processos de transações de informações. O uso da rede de internet reduz os custos com comunicações telefônicas e transações bancárias, permitindo que mesmo com recursos públicos escassos, a demanda de informações exigidas pela sociedade seja atendida.

De acordo com estudo realizado por Pessôa (2013), independentemente da ocasião, havendo ou não solicitação de informações nos portais eletrônicos das

instituições, a normatização que preza pela transparência (LAI), garante que a sociedade poderá gozar dos direitos referentes à transparência ativa e passiva da administração pública observando as ações do poder público em relação à disponibilização de informações organizacionais. Raupp e Pinho (2011), complementam que deve-se ter a certificação se estes portais eletrônicos estão sendo utilizados de maneira eficiente no processo de divulgação de informações, transparecendo dados corretos e permitindo a participação de *stakeholders* ou se apenas estão ativos na *web* comportando dados e informações desatualizadas.

Na visão de Raupp e Pinho (2011), os portais são considerados como direcionadores que podem levar a diferentes caminhos diante da rede mundial, possibilitando que as pessoas tenham acesso a um conjunto de serviços que definirão os passos que o indivíduo deverá seguir para alcançar seu objetivo. Por receberem inúmeros visitantes diariamente, os portais devem manter seus fluxos de informações atualizados transparecendo assim, suas atividades organizacionais à sociedade.

No estudo realizado por Freitas Júnior et al. (2010), os autores buscaram entender como é estabelecida a comunicação pública nas Universidades Federais. Para isso, primeiramente foram atribuídas duas dimensões, as quais fazem referência à comunidade interna e externa da organização. Em se tratando da comunidade interna, a organização apresenta em sua composição os técnicos, os docentes e os discentes, enquanto em comunidade externa, faz referência à sociedade, fornecedores, mercados, concorrentes e governo, ou seja, onde estão apresentadas as informações da organização de forma mais ampla.

A pesquisa de Freitas Júnior et al. (2010) possibilitou entender que, com o passar dos anos foram percebidas mudanças crescentes nos portais de Universidades, não só em quantidade de informações, mas também, formas e métodos de comunicação com a sociedade. Percebeu-se que as Universidades passaram a adaptar sua natureza organizacional às características de instituições eficientes, que estabelecem relacionamentos com a sociedade e dessa forma, permitem que a mesma aponte diferentes visões e críticas sobre a eficácia e gestão de seus serviços institucionais.

Freitas Júnior et al. (2010) definem os portais como meios que permitem que as IES Federais criem distintos objetivos para manusear adequadamente sua estrutura administrativa, além de permitir vasto conhecimento externo sobre suas

atividades organizacionais. Entretanto, as Universidades devem primeiramente obedecer a sua própria razão de existir, ou seja, como são consideradas autarquias que fabricam conhecimentos, estas mesmas instituições devem demonstrar seus dados e informações à sociedade, permitindo que a mesma obtenha o devido conhecimento sobre suas atividades. Por fim, destaca-se à relevância da informação que visa alcançar a excelência dos canais de relacionamento social nas IES.

Já Cruz (2010) buscou compreender a importância da Universidade no desenvolvimento social e a inserção dos meios de comunicação e comunicabilidade interna no ambiente universitário. Instigou-se a entender qual era a concepção e o quão importante era o processo de comunicação nas IES diante da sociedade. Para isso, utilizou uma dimensão denominada Dimensão 4, a qual faz parte do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), que dispõe de elementos que contribuem para qualificar o processo de avaliação da comunicação e comunicabilidade interna.

Cruz (2010) também procurou compreender quão relevante é a comunicação nas IES, ligando aspectos que estão relacionados aos canais de comunicação (portais eletrônicos), a ouvidoria e aos Sistemas de Informação (SI). Dos pontos que foram concluídos pela autora, destaca-se o ponto discutido na Dimensão 4, o qual se trata da comunicação com a sociedade. Neste ponto, a autora investigou questões de discussão tratadas sobre os aspectos de comunicabilidade presentes nas Universidades.

Concluiu que a implantação de canais de comunicação é de grande relevância no âmbito organizacional, trazendo distintas visões sobre sistemas de informação e ouvidoria. Outro aspecto a ser ressaltado no estudo desenvolvido por Cruz (2010), diz respeito a ouvidoria, que só foi implantada nas Universidades por ter sido exigida por Lei, devendo assim atender seus requisitos. Assim, a implantação da ouvidoria nas instituições não deu-se pelo propósito de buscar maior cidadania e diminuir atos corruptos, mas sim por estar prevista em Lei.

O estudo realizado por Rosário et al. (2011) teve como objeto analisar a transparência *on-line* nas Universidades com o intuito de trazer conhecimento de como as instituições utilizam a internet para divulgar suas informações financeiras e não financeiras. Objetivou-se explorar os fatores explicativos referentes ao nível de transparência de informações apresentados por estas instituições. Utilizou-se das

Top 100 Universidades do Mundo de 2010 do *Academic Ranking of World Universities* (Ranking Acadêmico de Universidades do Mundo).

Após verificar as páginas das Universidades na *web*, identificou-se que a divulgação referente ao *Design* de Serviços e Navegabilidade e Acessibilidade é maior que a divulgação da Participação Eletrônica (E-Participação). Constatou-se também que os itens de conteúdo financeiro são os que apresentam menor transparência de informações. Em relação aos resultados obtidos, os fatores considerados como influenciadores da transparência estão ligados a reputação, tamanho e natureza pública ou privada. Concluiu que as Universidades privadas mais novas e com mais alunos são as que apresentaram maior transparência em âmbito *on-line* (ROSÁRIO ET AL., 2011).

Pessôa (2013) produziu um estudo com o intuito de medir o grau de transparência de informações financeiras e não financeiras que são divulgadas nos sites das Universidades Federais Brasileiras e por um meio estatístico identificou quais variáveis são apropriadas para trazer maiores esclarecimentos sobre este grau de transparência. Para isso, fez o uso do Índice de Divulgação das Universidades Federais (IndexDUF).

Os resultados do estudo realizado por Pessôa (2013) indicaram que as Universidades Federais brasileiras apresentaram um nível médio de divulgação de 66,32%. Já, em se tratando das informações ligadas à qualidade acadêmica ou administrativa são as menos divulgadas, apresentando um percentual de divulgação de 41,69%. Em contrapartida, identificou-se que as informações relativas à extensão são as mais divulgadas (85,88%). Concluiu que as Universidades localizadas no Sul e Sudeste tendem a ser mais transparentes enquanto as instituições do Norte e Nordeste tendem a apresentar menor transparência.

Rosa (2014) buscou compreender como a transparência estava sendo implantada nos portais eletrônicos das Universidades Públicas Federais que se localizavam na região sul do Brasil. Para isso, verificou como se deu a implantação da LAI nas UFs do sul e destacou os indicadores de transparência presentes nos portais dessas IES analisando aspectos relacionados ao processo de implantação da LAI nos portais eletrônicos.

Rosa (2014) concluiu que a LAI apresenta muitas particularidades no seu processo de implantação nos portais eletrônicos das instituições e apesar de muitas instituições apresentarem integralmente as informações exigidas, muitas ações

ainda devem ser realizadas para que a LAI seja totalmente aplicada. Considerou que grande parte das IES ainda apresentam certo déficit de informações. Por fim, estabelece que a implantação da LAI nos portais eletrônicos das instituições, pode ser influenciada através de fatores como o tratamento prévio de informações e a disponibilização de recursos humanos adequados.

Faraco (2015) buscou analisar o conjunto de elementos da transparência de informações públicas expostas pelos gestores através dos portais dos Institutos Federais da Região Sul Brasileira. Nesse estudo, utilizou o IndexDUF como métrica de obtenção de dados e identificou um baixo índice de divulgação das informações públicas, sendo que as menores médias concentram-se nas informações relacionadas à responsabilidade social, ambiental e econômica. Em contrapartida, as maiores médias referem-se às informações relacionadas aos dados gerais das instituições, desde sua estrutura de administração, até a sua regulamentação.

Outra pesquisa que se demonstra relevante para discussão foi desenvolvida por Zorzal (2015), o qual buscava compreender em que medida os relatórios efetuados pela gestão das Universidades Federais atendiam os princípios de boa governança da Administração Pública Federal seguindo o enfoque da transparência. Dentre as 63 Universidades Federais brasileiras, foram selecionadas cinco instituições presentes no *Ranking Webometrics*.

Nos resultados, percebeu que das cinco instituições analisadas: Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), nenhuma Universidade atingiu o patamar de alta transparência; três Universidades classificaram-se em nível médio-alto; e duas posicionaram-se em nível médio, visto que, os princípios de boa governança nos relatórios de gestão destas Universidades ainda são insuficientes para atingir o maior nível de transparência.

Para Faraco (2015) o uso dos portais eletrônicos permite que os cidadãos obtenham muitos benefícios ligados não só a disponibilização de informações e serviços em tempo real, mas também, pelo fato de conseguir atender as exigências da sociedade. Estes portais facilitam o processo de redução de custos e elevam o grau de transparência das atividades da instituição. Também são considerados como a principal ferramenta utilizada para transparecer as informações das

Universidades e Institutos Federais onde muitas instituições ainda carecem de algumas informações que são exigidas nesse processo.

Torna-se, então, necessário realizar uma avaliação nos portais das IES Públicas, identificando quais instituições apresentam os requisitos necessários para considerar uma instituição amplamente transparente. De acordo com Pessôa (2013), as instituições consideradas como completamente transparentes apresentam elementos como: atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, informação financeira e de gestão, responsabilidade social, condições de qualidade administrativa e acadêmica da instituição, e-informação, e-serviços, e-participação, navegabilidade, desenho e acessibilidade.

2.3 CARACTERÍSTICAS RELEVANTES PARA AVALIAÇÃO DOS PORTAIS DAS IES

No intuito de compreender os índices de transparência que foram determinados a partir da análise dos portais eletrônicos das instituições de ensino superior (IES), Pessôa (2013) desenvolveu uma métrica que se caracterizava como Índice de Divulgação das Universidades Federais, ou simplesmente, IndexDUF. Para que essa métrica fosse considerada eficiente e eficaz, o autor baseou-se nos índices desenvolvidos por Dixon, Coy e Tower (1993), Rosário et. al. (2011) e Católico (2011).

A métrica IndexDUF é constituída por 11 categorias, as quais são: Categoria 1 – **Dados gerais da instituição**, Categoria 2 – **Atividades acadêmicas de ensino**, Categoria 3 – **Atividades acadêmicas de pesquisa**, Categoria 4 – **Atividades acadêmicas de extensão**, Categoria 5 – **Informação financeira e de gestão**, Categoria 6 – **Características da informação financeira**, Categoria 7 – **Informação sobre responsabilidade social**, Categoria 8 – **Informação sobre condições de qualidade administrativa e acadêmica da instituição**, Categoria 9 – **Informação relativa a navegabilidade, desenho e acessibilidade**, Categoria 10 – **E-Serviços** e Categoria 11 – **E-Participação** (grifo nosso).

De acordo com Lima et al (2017), as **atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão** (grifo nosso) possibilitam que os acadêmicos estabeleçam relações mais amplas às distintas formas de conhecimento, fazendo com que os mesmos encontrem diversas alternativas que possam expandir seu campo de visão

e facilitar o processo de tomada de decisões. Essa exposição do acadêmico às práticas profissionais permite que o estudante desenvolva distintas habilidades no gerenciamento de dados e informações, organizando pessoas de forma a enfrentar de maneira mais eficiente as possíveis situações-problema que encontrar. O autor incrementa que atividades de ensino, pesquisa e extensão são grandes responsáveis pela formação acadêmica diferenciada dos indivíduos possibilitando que os mesmos tenham diferentes percepções sobre as ações desenvolvidas pela sociedade em que permeiam.

As Universidades devem dispor destas atividades de forma a manter certa equidade entre as mesmas, isso é percebido através da Constituição Brasileira de 1988, a qual descreve que as Universidades são instituições autônomas compostas por três categorias que fundamentam sua razão de existir, como disposto no Art. 207 (BRASIL, 1988): “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

A indissociabilidade remete que todos esses princípios deverão ser geridos de forma equivalente pelas IES. Do mesmo modo, Rays (2003) entende que, a indissociabilidade destes princípios possibilita que as atividades fins desenvolvidas pelas Universidades estejam em conformidade com as relações estabelecidas sobre as atividades práticas e teóricas, ou seja, a inter-relação destes princípios possibilitará que o acadêmico tenha uma formação profissional adequada na instituição.

As atividades de ensino, pesquisa e extensão agem de forma a tornar o ensino mais concreto, ligando-o às realidades locais e permitindo que cada uma dessas três atividades compreenda suas limitações e especificidades (MOITA; ANDRADE, 2009). Mazzilli (2011) destaca que o ensino é o processo histórico de conhecimentos interligado a construção do saber, ou seja, é a apropriação do conhecimento humano estabelecida pelos estudantes. Em se tratando de atividades de pesquisa, o autor entende que estas estão ligadas ao processo de materializar o saber, utilizando-se como base os problemas práticos da sociedade para produzir conhecimentos ainda não descobertos.

Complementando, Lima et al. (2017) destacam que a pesquisa é considerada como grande promotora de conhecimentos, afinal ela permite que os alunos realizem investigações e encontrem soluções de problemas, interpretem dados,

façam interações para facilitar o processo de pesquisa, entre outros. Os autores consideram que as atividades de extensão são aquelas que buscam estender para a sociedade o conhecimento que foi proporcionado pelo acadêmico tanto na forma de pesquisa, como na forma de ensino, e dessa forma, compreender as principais problematizações presentes no ambiente social. Para Mazzilli (2011), o processo de extensão diz respeito à atividade educativa, ligada à cultura e a ciência, realizando intervenções para compreender a sociedade e identificar seus problemas.

Além de manter a indissociabilidade sobre as atividades de ensino pesquisa e extensão, a instituição deve estabelecer de forma clara e direta a **informação financeira e de gestão** (grifo nosso) para que os indivíduos possam assim, ter maior compreensibilidade do gerenciamento financeiro da mesma. Faria (2012) entende que, para uma instituição poder apresentar suas informações financeiras e gerenciais à comunidade, a mesma deve dispor de instrumentos de comunicação ou documentos como: balanços, demonstrações de resultado do exercício (DRE), indicadores ambientais, relatórios de gestão, redes sociais, atas, boletins informativos, correio eletrônico, página na *web*, dentre outros.

Para Martins (2011), o acesso à informação pública é um direito fundamental para manter uma estabilidade democrática, isso porque, os contribuintes e eleitores são os principais responsáveis por esta autoridade ter alcançado determinado posto. O autor complementa que tanto a prestação de contas quanto a apresentação de informações financeiras e de gestão devem ser divulgadas às partes interessadas, informando como o poder está sendo utilizado e como e com o que o capital está sendo gasto. Portanto, os contribuintes além de ter o direto ao acesso a estas informações, podem também influenciar e participar das decisões que sejam de caráter público.

Por analogia, a informação financeira apresenta certa amplitude referindo-se muitas vezes, à informação contábil da instituição. Ou seja, a informação financeira implica diretamente na tomada de decisões, sendo englobada pela *disclosure* (divulgação) que permite que os *stakeholders* desenvolvam facilidades no processo de tomada de decisão e conheçam mais a fundo a instituição (ZORZAL, 2015). Além disso, a informação financeira é um aspecto que está ligado à responsabilidade social, isso porque a mesma necessita realizar medidas mais apuradas quando trata de questões sociais e ambientais (FARIA, 2012).

A **responsabilidade social** e as condições de qualidade administrativa e acadêmica da instituição (grifo nosso) são questões que refletem de forma abundante no desenvolvimento da instituição. Isso porque, as ações de proteção ambiental, que estão ligadas à responsabilidade de economia e preservação dos recursos naturais, estão cada vez mais presentes nas instituições, conscientizando estas autarquias à diminuir a utilização de insumos que geram desgastes ao ambiente (KON, 2013). Uma das ações realizadas pelas empresas voltadas a responsabilidade social, é o marketing público, que auxilia no processo de redução de dificuldades sociais enfrentadas pela sociedade e integra estratégias de responsabilidade social que atendam aos requisitos de sustentabilidade social e econômica resultando em um desenvolvimento institucional, social, econômico e sustentável.

Coutinho e Macedo-Soares (2002) relatam que, o meio institucional brasileiro passou a tomar posições sobre a responsabilidade social, e para isso teve que assumir distintas mudanças em diversas dimensões. A partir disso, surgiu a necessidade de desenvolvimento de ferramentas que auxiliassem as instituições exercerem seu papel de responsabilidade social de forma efetiva, estando intrinsecamente ligada à estratégia da autarquia e implicando em mudanças profundas no ambiente institucional. A responsabilidade social das instituições parte da ideia de que as IES são as grandes responsáveis pelas ações que modificam a sociedade, justo que, estas devem tomar cuidados ao exercer determinadas ações, pois estas podem afetar diretamente a sociedade tanto de forma positiva, quanto negativa (TOMEI, 1984).

Tomei (1984) complementa que, os aspectos da responsabilidade social podem interferir na **qualidade administrativa e acadêmica da instituição** (grifo nosso), pois a mesma envolve interesses sociais que, de certa forma, afetam qualidade de vida da população. Através disso, Davok (2007) compreende que as condições de qualidade administrativa e acadêmica da instituição podem ser interpretadas de várias formas, tanto pelo fato da qualidade de educação possibilitar que o acadêmico domine os conteúdos propostos pelas disciplinas, quanto pelo desenvolvimento das capacidades técnicas e das visões críticas sobre determinados fatores.

A qualidade de administrar a instituição vem da eficiência, eficácia e efetividade que a própria instituição tem em aplicar a qualidade educacional. Essa

qualidade, portanto, não tem um significado ou interpretação precisa, isso porque pode estar voltada a diversos fatores que visam atender as distintas expectativas dos indivíduos (DAVOK, 2007)

Oliveira, Fonseca e Amaral (2006) expressam que, a qualidade da gestão e da educação acadêmica está ligada a relevância que a instituição dá aos seus processos de avaliação. A avaliação se transforma no elemento que mede a qualidade em que o ensino e pesquisa estão sendo aplicados, interferindo também em questões de gerenciamento e extensão, que estão intrinsecamente ligadas às regulamentações e critérios do sistema educacional. Porém, cabe ressaltar que os programas de avaliação influenciados pela administração acadêmica podem alterar a cultura institucional, promovendo melhorias nos padrões e procedimentos organizados por estas instituições.

As atividades desempenhadas pelas instituições impactam também nos aspectos de transparência sobre a sociedade. A propagação de informações referentes à qualidade administrativa de uma instituição promove mudanças em questões ligadas ao bem estar social da população, resultando em aperfeiçoamentos nas seguranças públicas e até mesmo na saúde, além de possibilitar que os cidadãos tomem decisões mais seguras sobre as questões cotidianas que vivenciam (UHLIR, 2006). Através disso, torna-se necessário por parte das instituições disponibilizar meios que facilitem o processo de transparência de informações.

Rosário et al. (2011) ressaltam que a disponibilização de informações on-line facilita o processo de transparência nas instituições, e em consequência disso, permite que hajam maiores interações e questionamentos sobre as questões tanto financeiras, quanto não financeiras da instituição. Para isso, torna-se fundamental que as instituições, tenham presentes em seus portais eletrônicos 4 aspectos referentes à **Serviços Eletrônicos (E-Serviços), Participação Eletrônica (E-Participação), Navegabilidade, Desenho e Acessibilidade** (grifo nosso). Esses pontos tornam-se essenciais, pois segundo Rosário et al. (2011, p.7):

> A informação eletrônica fará referência a inclusão na rede de informação sobre o governo organização corporativa e universitária, informações gerais da universidade, informações financeiras e gerenciais e informações sobre responsabilidade social. Os serviços eletrônicos serão refletidos pelas possibilidades on-line oferecidas download de formulários e impressos, pagamentos e outros procedimentos administração e ensino através de *e-*

> *learning*. A participação eletrônica inclui os instrumentos de interação que são ativados, como por exemplo, uma caixa de correio de reclamações e sugestões, fóruns, chats, pesquisas, blogs, lista de endereços de contato ou a oportunidade de inclusão em uma lista de discussão. Finalmente, a navegabilidade, design e acessibilidade se refere aos recursos da *web* que possibilitam a qualquer usuário viajar com facilidade em todas as páginas que compõem o site, acessando todos os conteúdos, independentemente da deficiência (física, intelectual ou técnica) que apresentar ou aqueles que derivam do contexto de uso (tecnológico ou ambiental) (tradução nossa).

Com isso, Indolfo (2014) informa que a presença de informações deve ser cada vez de forma mais sólida nas instituições, isso porque, elas possibilitam o desenvolvimento de avanços sociais, econômicos e políticos. Além disso, quando as instituições de ensino superior disponibilizam informações nos seus portais virtuais, elas facilitam o processo de entendimento dos *stakeholders* sobre as funções e conteúdos que os agentes públicos desempenham dentro das instituições (FARACO, 2015).

3 METODOLOGIA

Este capítulo tem como propósito apresentar os procedimentos metodológicos que foram utilizados durante o desenvolvimento do estudo. Para isso, foi dividido em três seções: a primeira refere-se a caracterização do estudo, destacando a concepção da pesquisa. Na segunda seção, encontra-se a população da pesquisa, tendo em vista que o estudo se trata de um censo referente aos portais eletrônicos das IES Públicas do Rio Grande do Sul. Por fim, na terceira e última seção, é apresentado o instrumento de coleta de dados e respectiva análise.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

De acordo com Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa é um processo formalizado que faz o uso de métodos de investigação que possibilitam a descoberta de novos dados e informações, obtendo assim, o conhecimento real de determinado problema. Gerhardt e Silveira (2009) complementam que a pesquisa interfere diretamente na realidade a ser investigada, buscando aspectos que possam contribuir para obtenção dos resultados.

O presente estudo voltado à análise da transparência de informações nos portais eletrônicos das IES Públicas do Rio Grande do Sul, é desenvolvido de forma quantitativa. Este procedimento metodológico, de acordo com Richardson (1999) é aplicado, comumente em estudos descritivos que buscam encontrar informações que serão utilizadas na caracterização dos resultados obtidos na pesquisa.

Fonseca (2002) incrementa que os dados obtidos através da pesquisa quantitativa representam de forma real e objetiva o retrato da população pesquisada. O autor ainda acrescenta que a pesquisa quantitativa é baseada em questões lógicas que descrevem as causas de determinados fenômenos, utilizando-se de instrumentos padronizados.

As pesquisas descritivas, para Triviños (1987) comparam situações e fenômenos reais, ou seja, interferem diretamente na realidade dos fatos exigindo que o investigador obtenha amplo conhecimento em relação ao elemento pesquisado. Utiliza-se um estudo transversal único, que se refere, segundo Malhotra (2012), ao estudo no qual as informações são obtidas uma única vez. Assim, será identificada, através do índice IndexDUF, a transparência das informações

fornecidas pelos Portais Eletrônicos dos Institutos e Universidades Federais e Estaduais do Rio Grande do Sul apenas uma vez, verificando assim, se há ou não a existência das informações analisadas.

3.2 POPULAÇÃO

Appolinário (2011), define a população refere-se a totalidade de situações, pessoas, objetos, entre outros, que possuam características em comum diante de suas definições. Este estudo trata-se de um censo, o qual, segundo o *site* IBGE (2019), trata-se de uma ferramenta que utiliza um conjunto dos dados estatísticos dos indivíduos que residem em uma determinada cidade, província, estado ou nação.

Diferentemente da pesquisa amostral, o censo realiza análises sobre o todo e não somente à uma determinada amostra. Os resultados obtidos através do censo auxiliam na tomada de decisões sobre investimentos e criações de novas políticas públicas. Serão analisados os portais de toda a população de Universidades e Institutos Públicos do Rio Grande do Sul (IBGE, 2019)

O presente estudo avaliará a transparência de informações nos portais eletrônicos de 11 IES Públicas do Rio Grande do Sul detalhadas no Apêndice A: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Instituto Federal Farroupilha (IFFar), Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSul) e uma estadual compreendida pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).

A partir disso, apresenta-se no Quadro 1 um sumário das IES investigadas, bem como suas siglas, sedes/reitorias, anos de fundação e os links correspondentes aos portais eletrônicos de cada instituição.

QUADRO 1 — Instituições de Ensino Superior Públicas — RS

Ord.	Instituição	Sigla	Sede/Reitoria	Ano de fundação	Portal Eletrônico
1	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	Porto Alegre (RS)	1934	http://www.ufrgs.br/ufrgs/inicial
2	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	UFCSPA	Porto Alegre (RS)	1953	https://www.ufcspa.edu.br/
3	Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	Santa Maria (RS)	1960	https://www.ufsm.br/
4	Universidade Federal do Rio Grande	FURG	Rio Grande (RS)	1969	https://www.furg.br/
5	Universidade Federal de Pelotas	UFPel	Pelotas (RS)	1969	http://portal.ufpel.edu.br/
6	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul	UERGS	Porto Alegre (RS)	2001	https://www.uergs.rs.gov.br/inicial
7	Instituto Federal Sul-Rio-Grandense	IFSul	Pelotas (RS)	2008	http://www.ifsul.edu.br/
8	Universidade Federal do Pampa	UNIPAMPA	Bagé (RS)	2008	http://novoportal.unipampa.edu.br/novoportal/
9	Instituto Federal Farroupilha	IFFar	Santa Maria (RS)	2008	https://www.iffarroupilha.edu.br/portal
10	Instituto Federal do Rio Grande do Sul	IFRS	Bento Gonçalves (RS)	2008	https://ifrs.edu.br/
11	Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	Chapecó (SC)	2009	https://www.uffs.edu.br/

Fonte: Elaborado a partir do acesso aos portais eletrônicos das IES investigadas.

3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS E RESPECTIVA ANÁLISE

Os dados serão coletados através da realização de visitas nos portais de cada instituição estudada. Dessa forma, como todos os *links* que dão acesso aos portais eletrônicos das instituições de ensino superior citadas no Quadro 1 já foram testados e verificados, poderá, então, ser aplicada a pesquisa através do uso da métrica desenvolvida por Pessôa (2013), denominada IndexDUF.

A tabulação dos dados será realizada através da utilização da plataforma *Libre Office* onde serão utilizados os mecanismos do *LibreOfficeCalc*. Appolinário

(2011), compreende que independente da pesquisa, os dados devem ser distribuídos de forma que, as variáveis representem as colunas da planilha, e cada aspecto encontrado, seja considerado nas linhas, possibilitando que, uma vez tabulados os dados quantitativos, estes podem ser utilizados como objeto de análises estatísticas para distintos estudos.

A métrica IndexDUF trata-se de um índice, o qual busca identificar o retrato atual da transparência das informações nos portais das Universidades e Institutos estudados. É composta por distintas categorias relacionadas às atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, informação financeira e de gestão, informação relacionada à responsabilidade social, informação referente às condições de qualidade administrativa e acadêmica da instituição, características da informação financeira, à informação relativa à navegabilidade, desenho e acessibilidade, além de questões referentes aos elementos exigidos pela LAI, participação eletrônica e serviços eletrônicos. Na Tabela 1 destacam-se as categorias e o número de itens avaliados em cada uma delas. No Anexo A, há o detalhamento do IndexDUF (PESSÔA, 2013).

Tabela 1 — Componentes do IndexDUF

Ordem	Categorias	Número de itens
1	Dados Gerais da Instituição	24
2	Atividades acadêmicas (ensino)	12
3	Atividades acadêmicas (pesquisa)	9
4	Atividades acadêmicas (extensão)	3
5	Informação financeira e de gestão	40
6	Características da informação financeira	6
7	Informação sobre responsabilidade social	3
8	Informação sobre condições de qualidade administrativa e acadêmica da instituição	5
9	Informação relativa à navegabilidade, acesso e desenho da página web	20
10	E-serviços	8
11	E-participação	9
Total de indicadores		**139**

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Os itens que compõem cada uma das categorias serão identificados através de um processo binário, em que 0 indica que este elemento não está presente no portal de determinada instituição, e 1 indica a presença deste item no portal eletrônico. Todos os elementos compostos no IndexDUF apresentam o mesmo peso, ou seja, no processo de medição dos dados o índice apresenta ausência de

ponderabilidade. Após a coleta de dados de todos os portais, será elaborado um índice percentual, informando o quão transparentes são cada uma das instituições.

A análise dos dados será realizada, inicialmente, avaliando o índice de transparência para cada IES estudada em cada uma das categorias proporcionalmente ao número de itens. Após, faz-se a análise geral, identificando o IndexDUF final. Assim, as médias gerais de transparência das IES serão calculadas pelo somatório das médias percentuais encontradas em cada categoria ($\Sigma\%Categorias/11$) (Pessôa, 2013).

4 IDENTIFICAÇÃO E COMPARAÇÃO DO INDEXDUF DAS IES ESTUDADAS

O presente capítulo apresenta os resultados obtidos após a coleta e respectiva análise de dados. No desenvolvimento da análise, foi possível identificar o percentual de transparência dos portais institucionais sobre cada categoria apresentada no Índice de Divulgação das Universidades Federais. Pôde-se verificar também a ausência na divulgação de determinados itens, demonstrando o percentual de cada um destes sobre o total de instituições analisadas e sua respectiva média.

Para atingir o objetivo proposto por esta investigação, o qual busca identificar o índice IndexDUF de transparência das informações fornecidas pelos Portais Eletrônicos dos Institutos e Universidades Públicas do Rio Grande do Sul, foi utilizado o protocolo de análise (Anexo A) desenvolvido por Pessôa (2013). Este protocolo é composto por 6 etapas e se resume em: 1ª visitar o portal da instituição, 2ª utilizar a ferramenta de busca do Google, 3ª buscar cada item indicando (1) ou não (0) sua ocorrência, 4ª utilizar a ferramenta de busca do próprio portal da instituição, 5ª buscar através do mapa do site e por fim, a revisão destes registros (6ª etapa) (PESSÔA, 2013).

Durante o processo de coleta de dados foram descobertos alguns aspectos relevantes que auxiliaram na construção do detalhamento das informações obtidas sobre cada instituição. Para que haja maior compreensão sobre os aspectos encontrados durante a análise, este capítulo foi dividido em duas seções, sendo que a primeira representa a “Análise das categorias correspondentes ao IndexDUF” e a segunda determina o “índice IndexDUF de cada IES estudada”.

4.1 ANÁLISE DAS CATEGORIAS CORRESPONDENTES AO INDEXDUF

O Índice de divulgação referente às Universidades e Institutos Federais do Rio Grande do Sul constitui-se através da formação de 11 categorias. A Tabela 2 revela o nível médio de divulgação geral e o nível médio de cada categoria.

Tabela 2 — Categorias do Índice de Divulgação da População Investigada

Ord.	Categorias	Percentual de divulgação Institutos Federais (a)	Percentual de divulgação Universidades Federais (b)	Percentual de divulgação (a + b)
1	Dados gerais da instituição	84.72%	84.90%	84,85%
2	Atividades acadêmicas (ensino)	58.33%	81.25%	75,00%
3	Atividades acadêmicas (pesquisa)	88.89%	88.89%	88,89%
4	Atividades acadêmicas (extensão)	88.89%	91.67%	90,91%
5	Informação financeira e de gestão	86.67%	86.88%	86,82%
6	Características da informação financeira	55.56%	70.83%	66,67%
7	Informação sobre responsabilidade social	44.44%	70.83%	63,64%
8	Informação sobre condições de qualidade administrativa e acadêmica da instituição	73.33%	80.00%	78,18%
9	Informação relativa à navegabilidade, acesso e desenho da página web	75.00%	76.88%	76,36%
10	E-Serviços	87.50%	90.63%	89,77%
11	E-Participação	92.59%	86.11%	87,88%
MÉDIA DE DIVULGAÇÃO GERAL		**75,99%**	**82.62%**	**80,81%**

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Mediante os dados da Tabela 2, a análise das categorias apresenta média de divulgação geral de 80,81% entre todas as Universidades e Institutos Federais presentes no estudo. Dentre as categorias, destaca-se como a mais divulgada as Atividades acadêmicas de extensão, possuindo um nível de divulgação de 90,91%, seguida pela categoria E-serviços, a qual apresenta uma divulgação 89,77%.

Do mesmo modo, percebe-se que a categoria relacionada à Informação sobre responsabilidade social expõe-se como a categoria menos divulgada, já que, apresenta um nível de divulgação de 63,64%. A mesma também é acompanhada pela categoria relacionada às Características da informação financeira, que possui uma divulgação de 66,67%.

Dentre as 11 IES estudadas, encontram-se 3 institutos (IFRS, IFFar e IFSul) que apresentam média de divulgação geral de 75,99%. Além disso, as 9 universidades (UERGS, UFFS, UFCSPA, UFEL, UFSM, UNIPAMPA, FURG e UFRGS) apontam 82,62% na sua média geral de divulgação, ou seja, maior que a média dos IFs.

Dentre as categorias, a mais bem divulgada pelos IFs em comparação às UFs é a categoria 11 E-Participação (Participação Eletrônica), com percentual de 92.59% enquanto as UFs manifestam 86.11%. Entretanto, todas as demais categorias apresentam índice de divulgação maior nas UFs que IFs, talvez pelo fato desses

institutos serem mais novos do que as universidades, e dessa forma, possam ter maiores dificuldades na implantação de certos mecanismos de transparência.

Pessôa (2013) expressa que é relevante efetuar tal análise das categorias exibidas, permitindo o destaque das principais dificuldades nos portais das Universidades e Institutos Federais, assim como os seus pontos positivos em relação à divulgação. Para que seja possível obter maior entendimento em relação aos níveis de divulgação de cada categoria, cada uma delas será detalhadamente analisada nas seções seguintes.

4.1.1 Dados gerais da instituição

Esta categoria (1) diz respeito aos Dados gerais da instituição, sua estrutura é composta por 24 itens dos quais caracterizam, conforme Pessoa (2013), não só, aspectos ligados a regulamentação da instituição, como também questões ligadas a sua estrutura administrativa. A Tabela 3 demonstra esses itens.

Tabela 3 — Categoria 1: Dados gerais da instituição

Ord.	Itens	Percentual de divulgação Institutos Federais (a)	Percentual de divulgação Universidades Federais (b)	Percentual de divulgação (a + b)
1	Organograma	100,00%	100,00%	100,00%
2	Acesso ao plano de desenvolvimento Institucional (PDI) e/ou Plano Operacional Anual	100,00%	100,00%	100,00%
3	Acesso ao código de bom governo e código de ética	100,00%	100,00%	100,00%
4	Serviços de notícias sobre suas atividades acadêmicas (jornal de anúncios)	100,00%	100,00%	100,00%
5	Calendário de eventos e processos acadêmicos	100,00%	100,00%	100,00%
6	Arquivos de reunião dos corpos colegiados	100,00%	100,00%	100,00%
7	Relação nominal e breve resumo dos diretores	100,00%	100,00%	100,00%
8	Regulamentos emitidos	100,00%	100,00%	100,00%
9	Estatuto da universidade	100,00%	100,00%	100,00%
10	Bolsas de monitoria/estágio universitárias	100,00%	100,00%	100,00%
11	Estatísticas sobre o número e tipo vagas e tipo em cada faculdade	100,00%	100,00%	100,00%
12	Publicações universitárias (periódicos, jornais, revistas)	100,00%	100,00%	100,00%
13	Endereços das unidades e setores da entidade	100,00%	100,00%	100,00%
14	Telefones das unidades e setores da entidade	100,00%	100,00%	100,00%
15	Horários de atendimento ao público nas unidades e setores da entidade	100,00%	100,00%	100,00%
16	Agenda do reitor	100,00%	75.00%	81,82%
17	Lista de contatos de funcionários	100,00%	62.50%	72,73%
18	Especificam-se dados bibliográficos do reitor e vice-reitores	33.33%	87.50%	72,73%
19	Órgãos de gestão e funções	33,33%	75,00%	63,64%
20	Funcionários/Faculdade	66.67%	62.50%	63,64%
21	Como chegar à universidade	33.33%	62.50%	54,55%
22	Quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, informações genéricas sobre os solicitantes	66.67%	50.00%	54,55%
23	Especifica-se informação sobre salários	66.67%	37.50%	45,45%
24	Rol das informações que tenham sido classificadas e desclassificadas por grau de sigilo nos últimos 12 meses	33.33%	25.00%	27,27%
MÉDIA DE DIVULGAÇÃO GERAL		**84.72%**	**84.90%**	**84,85%**

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Esta categoria apresenta uma média geral (a + b) de 84,85% sobre os 24 itens pesquisados, sendo que 15 deles alcançaram um índice percentual de 100%

de divulgação. Apesar do item 7 ter sido considerado 100% divulgado, algumas instituições como: UERGS, UFFS, UFCSPA apresentam apenas a relação nominal dos seus reitores e vice reitores não sendo encontrados os demais diretores. Nas instituições UFSM, UNIPAMPA, FURG e UFRGS é encontrada a relação nominal dos diretores, porém não foram encontrados os resumos sobre suas trajetórias profissionais.

Em se tratando das informações menos divulgadas, está o rol das informações que tenham sido classificadas e desclassificadas por grau de sigilo nos últimos 12 meses (item 24), com um percentual de divulgação correspondente a 27,27% seguida por questões ligadas às especificações de salários (45,45%) (item 23), forma de chegar à instituição (54,55%) (item 21) e quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos (54,55%) (item 22). Sobre o item 22, foram localizados pedidos recebidos apenas no ano de 2017 nas instituições IFFar e FURG.

Contudo, sobre os itens que se encontram entre 100% e 60% estão à agenda do reitor (item 16), lista de contatos de funcionários (item 17), dados bibliográficos do reitor e vice-reitores (item 18), órgãos de gestão e funções (item 19) e funcionários por faculdade (item 20). A agenda do reitor foi encontrada em 9 das 11 instituições, mas em instituições como UERGS e UFPEL foram identificadas algumas questões importantes como por exemplo: a UERGS apresenta agenda, mas não especifica que é do reitor, e a UFPEL apresenta agenda, porém a mesma se encontra vazia.

No que concerne aos aspectos obrigatórios pela Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527), os itens 13 e 14 correspondentes aos telefones e endereços das unidades e setores da entidade, apresentam um índice de 100% de divulgação. Em contrapartida com 27,27% está o item 24, já citado anteriormente, considerado o item menos divulgado da categoria. O item 12: informações sobre salários, é identificado em 5 das 11 instituições, porém estes dados são encontrados somente até 2017 no IFRS e FURG; e no IFSul são encontradas “Tabelas salariais”. Em relação à categoria de Dados gerais da instituição, a média de divulgação encontrada nos IFs é de 84,72%, enquanto nas UFs é de 84,90%, ou seja, não há variação significativa visível entre os grupos analisados.

Conclui-se que a categoria 1 (Dados gerais da instituição) acompanha diversos processos que ocorrem nas universidades/institutos e apresenta resultado suficiente de transparência na maioria dos itens analisados. Além disso, no que

tange as distintas formas de conhecimento, que constituem e colaboram para o desenvolvimento dos alunos, estão as atividades acadêmicas de ensino, das quais permitem a execução das ofertas de programas de graduação, acesso a editais para contratação de professores, emprego e destino de estudantes entre outros, discutidos na sequência.

4.1.2 Atividades acadêmicas (ensino)

A categoria 2 Atividades acadêmicas (ensino) é formada por 12 itens, que competem a aspectos ligados à composição discente e docente da instituição. Também se refere à oferta de cursos, contratações, programas, observados na Tabela 4.

Tabela 4 — Categoria 2: Atividades acadêmicas (ensino)

Ord.	Itens	Percentual de divulgação Institutos Federais (a)	Percentual de divulgação Universidades Federais (b)	Percentual de divulgação (a + b)
1	Relação da oferta de programas de graduação e pós-graduação	100,00%	100,00%	100,00%
2	Relação nominal ou numérica da composição docente	100,00%	100,00%	100,00%
3	Editais públicos para a contratação docente	100,00%	100,00%	100,00%
4	Acesso a ferramentas tecnológicas e eletrônicas que facilitam os processos acadêmicos (biblioteca virtual, bases de dados, *e-learning*, entre outros)	100,00%	100,00%	100,00%
5	Relação nominal de programas para a formação docente	66.67%	100,00%	90,91%
6	Descrição dos planos de estudos e programas de disciplinas	33.33%	100,00%	81,82%
7	Enunciação do número de estudantes matriculados em graduação e pós-graduação	33.33%	87.50%	72,73%
8	Descrição da qualificação dos docentes	33.33%	87.50%	72,73%
9	Descrição de suas instalações	66.67%	75.00%	72,73%
10	Emprego/destino dos estudantes da educação	33.33%	50.00%	45,45%
11	Percentual de estudantes na faculdade	33.33%	50.00%	45,45%
12	Formados	0.00%	25.00%	18,18%
MÉDIA DE DIVULGAÇÃO GERAL		**58.33%**	**81.25%**	**75,00%**

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

A segunda categoria: Atividades acadêmicas (ensino) apresenta uma média menor que a primeira (Dados gerais da instituição), alcançando apenas 75% de divulgação nos portais eletrônicos das instituições. Dos 12 itens encontrados na categoria, apenas 6 apresentam um índice de divulgação acima dos 80%, alcançando maior destaque nos aspectos ligados ao acesso de ferramentas tecnológicas e eletrônicas (item 4), editais públicos para a contratação docente (item 3), a relação nominal ou numérica da composição docente (item 2) e a oferta de programas de graduação e pós-graduação (item 1), os quais são divulgados por todas as Universidades e Institutos pesquisados.

O item 5, o qual busca identificar se a instituição publica a relação nominal de programas para a formação de docentes foi encontrado em 10 das 11 instituições estudadas. No IFFar foi encontrada a composição docente, porém não em lista, o mesmo se repetiu para o IFSul. Este item não foi identificado apenas no IFRS.

As informações que correspondem ao destino dos estudantes egressos (item 10) e o detalhamento da distribuição do corpo discente por cursos, centros e faculdades (item 11) encontram-se abaixo dos 50% de divulgação, sendo que o ponto mais crítico encontrado na categoria é a lista dos alunos formados (item 12) com 18,18%, localizada somente em duas instituições de ensino superior.

O item 10: emprego/destino dos estudantes da educação foi identificado em 5 instituições, sendo que o IFSul divulga uma empresa formada por alunos e ex-alunos que investe em tecnologia para alavancar negócios. Na UERGS são divulgadas informações sobre alunos que foram selecionados e estão realizando mestrados. Na UFFS e FURG são divulgadas informações sobre o destino de alguns alunos, porém não todos. Na UNIPAMPA o direcionamento do portal leva à janela “em construção”.

No item 7 enunciação do número de estudantes matriculados em graduação e pós-graduação (índice de 72,73%) foram encontrados dados de 2009 no IFRS. Já nas Universidades como UFFS e UFPEL, os dados eram referentes a ano de 2017 e nas instituições como UERGS, FURG e UFRGS os dados identificados correspondiam ao ano de 2018.

Outro item com o mesmo percentual de divulgação é o referente a descrição da qualificação dos docentes (item 8), onde o IFSul apresentou uma extensão para o currículo *Lattes* dos docentes. Na UFPEL, as informações não foram encontradas na sua totalidade, apenas em alguns cursos. Na UFRGS os dados foram encontrados,

mas não todos, afinal a aba do portal informava que os docentes eram doutores e mestres, entretanto, não especificavam em quê.

Sobre a categoria relacionada às atividades acadêmicas de ensino (categoria 2) os IFs indicaram um percentual geral de 58,33%, um índice discrepante se comparado ao percentual apresentado nas UFs (81,25%). Isso se deve ao fato de que em nenhum dos 12 itens que compõem a categoria 2, os IFs apresentaram percentual de divulgação maior que as UFs, somente apresentaram equivalências percentuais nos itens 1 a 4.

Os itens 10, 11 e 12, foram os menos divulgados pelas instituições, onde nenhum dos Institutos disponibilizou lista de alunos formados (item 12) e apenas duas Universidades, UERGS e UFRGS, a apresentaram em seus portais. Em relação ao destino dos estudantes (item 10), apenas um IF apresentou este item além de 50% das 8 Universidades. Apenas um Instituto Federal (IFSul) divulga o percentual de estudantes na faculdade, detalhando a distribuição do corpo discente por cursos, centros e faculdades. Além disso, 4 das 8 universidades apresentam o item 11 em seus portais eletrônicos (UFFS, UFCSPA, FURG e UFRGS).

Dessa forma, pode-se perceber que esta categoria (2) apresenta alguns itens com índices muito baixos de divulgação. Já a categoria referente às Atividades acadêmicas de pesquisa (3), apresenta itens com percentuais mais elevados, sendo que o menor índice apresenta o percentual de 72,73%, conforme apresentado na sequência.

4.1.3 Atividades acadêmicas (pesquisa)

Composta por 9 itens, a categoria relacionada às Atividades acadêmicas (pesquisa) é estruturada com informações pertinentes aos grupos, projetos, linhas e redes de pesquisa, assim como, apresenta aspectos referentes à trabalhos desenvolvidos por alunos ou assistentes de pesquisa.

Tabela 5 — Categoria 3: Atividades acadêmicas (pesquisa)

Ord.	Itens	Percentual de divulgação Institutos Federais (a)	Percentual de divulgação Universidades Federais (b)	Percentual de divulgação (a + b)
1	Registro de alunos em pesquisa ou assistentes de pesquisa	100,00%	100,00%	100,00%
2	Enunciação de linhas de pesquisa institucionais ou dos grupos de pesquisa	100,00%	100,00%	100,00%
3	Enunciação dos grupos de pesquisa	100,00%	100,00%	100,00%
4	Enunciação dos projetos de pesquisa	100,00%	100,00%	100,00%
5	Relação das revistas ou de documentos que utilizam para divulgar os resultados dos processos de pesquisa formal	100,00%	100,00%	100,00%
6	Relação das patentes nacionais e internacionais e os segredos industriais desenvolvidos na instituição	100.00%	75.00%	81,82%
7	Relação das redes de pesquisa das quais participam os grupos ou os docentes pesquisadores	66.67%	75.00%	72,73%
8	Relação das redes de pesquisa das quais participam os alunos ou assistentes de pesquisa	100.00%	62.50%	72,73%
9	Relação nominal ou apresentação das publicações e/ou trabalhos desenvolvidos por alunos ou assistentes de pesquisa	33.33%	87.50%	72,73%
MÉDIA DE DIVULGAÇÃO GERAL		**88,89%**	**88,89%**	**88,89%**

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Essa categoria apresentou uma média percentual de 88,89% de divulgação, conforme é expresso na Tabela 5. Dentre todas as categorias que compõem o IndexDUF, pode-se dizer que nesta pesquisa, a categoria Atividades acadêmicas (pesquisa) apresentou grande representatividade sobre as demais, já que foi a 3ª mais divulgada dentre as 11 categorias analisadas.

O maior destaque da categoria está nos itens 1 à 5, correspondentes ao: Registro de alunos em pesquisa ou assistentes de pesquisa (item 1), enunciação de linhas de pesquisa institucionais ou dos grupos de pesquisa (item 2), enunciação dos grupos de pesquisa (item 3), enunciação dos projetos de pesquisa (item 4) e relação das revistas ou de documentos que utilizam para divulgar os resultados dos processos de pesquisa formal (item 5), isso porque, todos estes itens são 100% divulgados pelas 11 instituições estudadas.

Os itens 6 à 9 também estão sendo divulgados por grande parte das instituições, onde o item 6, caracteriza-se com índice percentual de 81,82%, tratando da relação das patentes nacionais e internacionais e os segredos industriais desenvolvidos na instituição. Os demais itens (7,8 e 9) apresentam 72,73% de divulgação.

A média de divulgação geral dos IFs e UFs são equivalentes nesta categoria. Porém, os IFs ultrapassam o nível de divulgação das UFs nos itens 6 e 8, relacionados às patentes e segredos nacionais/internacionais e na relação das redes de pesquisa nas quais participam alunos ou assistentes de pesquisa, respectivamente. Dessa forma, apenas nos itens 7 e 9 os IFs apresentam percentuais de divulgação menores que as UFs.

É perceptível que a categoria 3 apresenta um índice relativamente alto de divulgação, entretanto, à categoria 4 correspondente às Atividades acadêmicas (extensão) sobressaiu-se em relação a todas as demais, portando o maior índice de divulgação entre as 11 categorias, conforme discutido na seção seguinte.

4.1.4 Atividades acadêmicas (extensão)

A categoria Atividades acadêmicas (extensão) é uma das menores. Composta por somente três itens, apresentou uma média de divulgação de 90,91%, como é percebido na Tabela 6.

Tabela 6 — Categoria 4: Atividades acadêmicas (extensão)

Ord.	Itens	Percentual de divulgação Institutos Federais (a)	Percentual de divulgação Universidades Federais (b)	Percentual de divulgação (a + b)
1	Enunciação de programas e/ou atividades de difusão do conhecimento (cursos, formados, seminários e/ou oficinas)	100,00%	100,00%	100,00%
2	Enunciação de atividades de serviço tendentes a procurar o bem-estar da comunidade	100,00%	100,00%	100,00%
3	Enunciação de atividades de consultoria	66.67%	75.00%	72,73%
MÉDIA DE DIVULGAÇÃO GERAL		**88.89%**	**91.67%**	**90,91%**

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Esta categoria apresentou a maior média (90,91%) entre as categorias pesquisadas, onde 2 dos 3 itens apresentam 100% de divulgação em todas as instituições pesquisadas. Assim, todas as IES apresentam informações ligadas a programas ou atividades de difusão do conhecimento como cursos, formados, seminários e/ou oficinas (item 1) e todas divulgam as atividades de serviço tendentes a procurar o bem estar da comunidade (item 2).

Oito das onze instituições apresentam a enunciação de atividades ligadas à consultoria (item 3), tais como, empresas juniores que são formadas dentro das instituições de ensino com intuito de ofertar experiências práticas aos acadêmicos, preparando-os para o mercado de trabalho. Entretanto, o item 3 gerou um percentual de 72,73%, o mais baixo da categoria.

Como já ressaltado na literatura do estudo, o IndexDUF compõe alguns itens exigidos pela Lei de Acesso a Informação. Em relação a estes aspectos a categoria 4 compõe dois destes itens (1 e 2). Dessa forma, percebe-se que os mesmos são amplamente divulgados ou estão presentes em todas as instituições estudadas.

O percentual de transparência dos 3 IFs nesta categoria encontra-se em 88,89%, ficando menor que o percentual geral das 8 universidades (91,67%) pois o item 3 é encontrado em 2 dos 3 institutos e em 6 das 8 universidades. A categoria 4Atividades acadêmicas (extensão) apresentou uma média alta em relação as demais, talvez pelo fato de ser uma categoria com poucos itens. Em contrapartida, a categoria 5 de Informação financeira e de gestão é estruturada com a maior quantidade de itens entre as categorias, apresentando 40 itens na sua totalidade, sendo apresentada na próxima seção.

4.1.5 Informação financeira e de gestão

A categoria relacionada à Informação financeira e de gestão é estruturada por 40 itens que compõe o gerenciamento das Universidades e Institutos. Na Tabela 7 estas informações encontram-se de forma mais específica.

Tabela 7 — Categoria 5: Informação financeira e de gestão

Ord.	Itens	Percentual de divulgação Institutos Federais (a)	Percentual de divulgação Universidades Federais (b)	Percentual de divulgação (a + b)
1	Modificações no orçamento	100,00%	100,00%	100,00%
2	Gastos executados	100,00%	100,00%	100,00%
3	Receita executada	100,00%	100,00%	100,00%
4	Dívida ativa	100,00%	100,00%	100,00%
5	Variação da dívida	100,00%	100,00%	100,00%
6	Capital humano	100,00%	100,00%	100,00%
7	Acesso ao informe de gestão do reitor	100,00%	100,00%	100,00%
8	Acesso a indicadores de gestão	100,00%	100,00%	100,00%
9	Plano estratégico aprovado	100,00%	100,00%	100,00%
10	Execução do plano estratégico	100,00%	100,00%	100,00%
11	Publicação dos editais de licitação da compra de bens e serviços	100,00%	100,00%	100,00%
12	Execução de obras e serviços licitados	100,00%	100,00%	100,00%
13	Custo unitário por estudante	100,00%	100,00%	100,00%
14	Biblioteca	100,00%	100,00%	100,00%
15	Investimentos	100,00%	100,00%	100,00%
16	Compromissos e contingências	100,00%	100,00%	100,00%
17	Emprego e informação do patrimônio educacional	100,00%	100,00%	100,00%
18	*Link* para a página denominada Transparência Pública	100,00%	100,00%	100,00%
19	Informações sobre repasses ou transferências de recursos financeiros	100,00%	100,00%	100,00%
20	Resultados de licitação	100,00%	100,00%	100,00%
21	Contratos de licitação	100,00%	100,00%	100,00%
22	Indicadores orçamentários	100,00%	87.50%	90,91%
23	Indicadores financeiros (índices)	100,00%	87.50%	90,91%
24	Acesso aos orçamentos e execução orçamentária com dois ou mais anos de antiguidade	100,00%	87.50%	90,91%
25	Acesso aos demonstrativos contábeis do último ano	100,00%	87.50%	90,91%
26	Acesso aos demonstrativos contábeis de dois ou mais anos	100,00%	87.50%	90,91%
27	Link para a página Processos de Contas Anuais	100,00%	87.50%	90,91%
28	Acesso ao parecer de auditoria ou ao parecer da CGU com dois ou mais anos	100,00%	87.50%	90,91%
29	Fluxos de caixa	100,00%	75.00%	81,82%
30	Divulgação de orientações para a contratação de terceiros	100,00%	75.00%	81,82%
31	Alocação de custos indiretos	66.67%	87.50%	81,82%
32	Fornecedores padrão	66.67%	75.00%	72,73%
33	Subsídio para pesquisa	66.67%	75.00%	72,73%
34	Depreciação	33.33%	75.00%	63,64%
35	Ativos não correntes	33.33%	62.50%	54,55%
36	Variação de ativos não correntes	33.33%	62.50%	54,55%
37	Identificação das políticas contábeis aplicadas para a elaboração da informação contábil	66.67%	50.00%	54,55%

Ord.	Itens	Percentual de divulgação Institutos Federais (a)	Percentual de divulgação Universidades Federais (b)	Percentual de divulgação (a + b)
38	Revisão financeira	0.00%	75.00%	54,55%
39	Acesso aos orçamentos e execução orçamentária do último ano	66.67%	25.00%	36,36%
40	Acesso ao parecer de auditoria ou ao parecer da CGU do último ano	33.33%	25.00%	27,27%
MÉDIA DE DIVULGAÇÃO GERAL		**86.67%**	**86.88%**	**86,82%**

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Para que seja possível a divulgação das informações financeiras à comunidade, a instituição deve apresentar instrumentos de comunicação ou documentos que estejam relacionados aos aspectos gerenciais, assim como: balanços, relatórios de gestão, atas, boletins informativos, correio eletrônico, variação da dívida, modificações no orçamento, dentre outros (FARIA, 2012).

Com média de divulgação de 86,82% a categoria 5 diz respeito à Informação financeira e de gestão e apresenta 50% de seus itens com um percentual completo de divulgação, ou seja, 20 de seus itens, como: modificações no orçamento (item 1)**,** variação da dívida (item 5), capital humano (item 6), acesso ao informe de gestão do reitor (item 7), acesso a indicadores de gestão (item 8), plano estratégico aprovado (item 9), execução do plano estratégico (item 10), publicação dos editais de licitação da compra de bens e serviços (item 11), entre outros, apresentam 100% de divulgação em todos os Institutos e Universidades públicas pesquisadas.

A variação da dívida (item 5) foi encontrada em todos os portais, porém em instituições como UFCSPA, UFPEL foram localizadas variações referentes ao ano de 2017. Na UFRGS, UFSM e UNIPAMPA a variação da dívida foi encontrada sobre os anos 2018, 2016 e 2009 respectivamente.

Os itens 22 à 28 apresentam alto nível de divulgação sobre as instituições, pois apresentam um percentual de 90,91%. Cabe ressaltar que, apesar do acesso ao parecer de auditoria ou ao parecer da CGU com dois ou mais anos ter um índice de divulgação alto (90,91%) (item 28), apenas 3 instituições apresentaram acesso ao parecer de auditoria ou ao parecer da CGU do último ano (item 40), o que ocasionou um índice percentual de 27,27% sobre este item, portando o menor índice de divulgação sobre toda categoria.

Informações financeiras como fluxos de caixa (item 29), alocação de custos indiretos (item 31), fornecedores (item 32), subsídio para pesquisa (item 33),

depreciação (item 34), ativos não correntes (item 35), variação e ativos não correntes (item 36), identificação das políticas contábeis aplicadas para a elaboração da informação contábil (item 37) e revisão financeira (item 38) são itens que estão entre 82% e 54%, entretanto, estes percentuais deveriam ser maiores isso porque, segundo Zorzal (2015), estas informações financeiras implicam diretamente no processo de tomada de decisões, sendo sua divulgação essencial para que os *stakeholders* identifiquem as ações financeiras da instituição de forma ampla e clara.

Com índice de 36,36%, o acesso aos orçamentos e execução orçamentária do último ano (item 39) são identificados apenas no IFFar, IFSul, UFSM e FURG. Cabe ressaltar que nas demais IES, apesar de não ter sido encontrados os orçamentos e execução orçamentária do último ano, houve algumas instituições que apresentaram este item referente ao ano de 2017: UFCSPA, UNIPAMPA e UFRGS. O item 39 foi encontrado com ano 2016 na UFFS, 2014 na UERGS e houveram algumas ressalvas nas instituições IFRS e UFPEL, pois o IFRS apresentava o caminho para este item, porém quando acessado repassava o seguinte aviso: “em construção”. Já na UFPEL o caminho foi encontrado, entretanto não apresentou o conteúdo solicitado no item.

Nesta categoria (5) a média geral de divulgação dos IFs alcançou o índice de 86,67%, quase o mesmo percentual alcançado pelas UFs (86,88%). Entre os itens que apresentaram maior percentual de divulgação nos IFs sobre as UFs estão os itens de 22 a 30, 37, 39 e 40.

Também, foi possível identificar que os Institutos tiveram uma quantidade maior de itens com 100% de divulgação, pois dos 40 itens que compõem a categoria, 30 deles são totalmente divulgados nos 3 institutos pesquisados. Por outro lado, o item 38 não foi encontrado em nenhum dos IFs pesquisados, enquanto 6 das 8 UFs apresentaram este item em seus portais.

As Universidades tiveram uma quantidade menor de itens que ultrapassaram o percentual de divulgação dos IFs, sobressaindo-se apenas nos itens 31, 32, 33, 34, 35, 36 e 38. O item menos divulgado por ambos os grupos de instituições é relacionado ao acesso ao parecer de auditoria ou ao parecer da CGU do último ano (item 40) apresentado por apenas 1 IF e 3 UFs.

Além da categoria que ressalta aspectos ligados a informação financeira, também há uma seção específica para suas características. Chamada de “Características da informação financeira”, a categoria 6 estabelece uma relação

mais específica sobre os aspectos financeiros que devem estar contidos nas IES e é detalhada na sequência.

4.1.6 Características da informação financeira

Esta categoria compõe uma estrutura formada por 6 itens ligados às características da informação financeira, que conforme Pessôa (2013), busca verificar se estes aspectos dimensionais interferem na informação financeira que é divulgada pelas instituições. A Tabela 8 demonstra a estrutura desta categoria.

Tabela 8 — Categoria 6: Características da informação financeira

Ord.	Itens	Percentual de divulgação Institutos Federais (a)	Percentual de divulgação Universidades Federais (b)	Percentual de divulgação (a + b)
1	Comparabilidade da informação: existe possibilidade de comparabilidade da informação.	100,00%	100,00%	100,00%
2	Relevância da informação: se oferece na internet informação segregada	100.00%	75.00%	81,82%
3	Periodicidade da informação fornecida	33.33%	87.50%	72,73%
4	Confiabilidade da Informação: se oferece informação auditada	100.00%	62.50%	72,73%
5	Compreensibilidade da informação: se incluem índices e gráficos ou imagens e comentários de apoio para apresentar a informação financeira	0.00%	87.50%	63,64%
6	Caráter completo da informação: existe a possibilidade de consultar a Contabilidade Geral na página *web*	0.00%	12.50%	9,09%
MÉDIA DE DIVULGAÇÃO GERAL		**55.56%**	**70.83%**	**66,67%**

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

A categoria características da informação financeira apresenta média de divulgação de 66,69%. O único percentual de divulgação que alcançou a sua totalidade nesta categoria foi o item 1: Comparabilidade da informação, que segundo Pessôa (2013), quando divulgada, essa comparabilidade permite que a instituição defronte seus relatórios de gestão, demonstrações contábeis e também suas prestações de contas.

Em relação à periodicidade da informação financeira (item 3) fornecida nesses portais, bem como sua relevância (item 2) e confiabilidade (item 4), apresentam percentuais entre 71% e 82% de divulgação. A informação que permite a compreensibilidade da informação, ou seja, se inclui índices e gráficos ou imagens e comentários de apoio para apresentar a informação financeira (item 5) é encontrada somente em 7 instituições, gerando um índice de 63,64% de divulgação.

O item de menor divulgação é o 6: caráter completo da informação (se existe a possibilidade de consultar a Contabilidade Geral na página *web*). Essas informações, de acordo com Pessôa (2013), geralmente estão espalhadas entre as diversas páginas do portal da instituição como, por exemplo: reitoria, administração, planejamento, entre outros.

A média geral de divulgação encontrada nos IFs foi de 55,56%, uma média menor se comparada à média geral das UFs (70,83%). Nesta categoria, apenas o item 1 apresentou 100% de divulgação em todas as instituições, relacionado à comparabilidade da informação, ou seja, busca identificar se é possível comprar a informação financeira disponibilizada nestes portais.

Em relação ao segundo item da categoria: relevância da informação, este foi fortemente divulgado por ambas as instituições, e apenas em duas UFs (UFPEL e UERGS) não foi possível verificar se a informação financeira é divulgada em seção específica, com valores totais agrupados. Porém, somente nos Institutos não foram encontradas informações dos itens 5 e 6, referentes à índices, gráficos, imagens e comentários de apoio para apresentar a informação financeira e a divulgação da contabilidade geral em página web permitindo acessar todos os critérios contábeis, depreciações, demonstrativos contábeis, entre outros (PESSÔA, 2013). Além disso, o item 6 também não foi encontrado em grande parte das Universidades pesquisadas.

Três dos seis itens da categoria apresentam 100% de divulgação nos IFs entretanto, dois dos seis itens não são encontrados em nenhum dos Institutos. Apenas um item é 100% divulgado por todas as UFs. A categoria subsequente a esta: Características da informação financeira, diz respeito a informação sobre responsabilidade social, que retratam aspectos econômicos, sociais e ambientais, e é discutida na seção seguinte.

4.1.7 Informação sobre responsabilidade social

Essa categoria reflete questões ligadas à proteção ambiental e à responsabilidade de economia e preservação dos recursos naturais (KON, 2013). Além disso, Tomei (1984) informa que responsabilidade social presente nas instituições é responsável pelas mudanças sociais e dessa forma, deve tomar cuidados ao exercer certas ações afinal, pode afetar tanto positiva como negativamente uma nação. A Tabela 9 traz a composição da categoria.

Tabela 9 — Categoria 7: Informação sobre responsabilidade social

Ord.	Itens	Percentual de divulgação Institutos Federais (a)	Percentual de divulgação Universidades Federais (b)	Percentual de divulgação (a + b)
1	Responsabilidade social	66.67%	100.00%	90,91%
2	Responsabilidade ambiental	33.33%	100.00%	81,82%
3	Informação sobre indicadores de responsabilidade econômica	33.33%	12.50%	18,18%
MÉDIA DE DIVULGAÇÃO GERAL		**44.44%**	**70.83%**	**63,64%**

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

A média de divulgação encontrada nessa categoria é de 63,64%, sendo que nenhum de seus 3 itens apresentaram 100% de divulgação sobre as IES. O item 3 (com a menor divulgação), é referente a informação sobre indicadores de responsabilidade econômica, do qual, segundo Pessôa (2013) raramente são divulgados pelas instituições e, nas mínimas ocasiões que ocorre, é divulgado de maneira parcial.

A responsabilidade social (item 1) apresentou um percentual de divulgação bem superior aos demais presentes na categoria (90,91%), ou seja, significa que grande parte das instituições utiliza processos de redução de dificuldades e integra estratégias de que atendam aos requisitos de sustentabilidade social e econômica resultando em um desenvolvimento institucional sustentável (KON, 2013).

Se tratando da responsabilidade ambiental (item 2), este item foi divulgado por 9 das 11 instituições, não sendo encontrado apenas nos Institutos IFFar e IFSul. Esta categoria é a que apresentou o índice mais baixo de divulgação entre as 11 pesquisadas.

Nesta categoria (7), as UFs tiveram um percentual mais elevado que os IFs. Isso porque, os Institutos indicaram uma média percentual geral de 44,44%

enquanto as Universidades expuseram 70,83% de seus itens. Sobre os aspectos de responsabilidade social, encontrados no item 1, pode-se afirmar que todas as Universidades divulgam essas informações, assim como as do item 2 (responsabilidade ambiental).

Apenas em um IF não foi encontrada informação referente à responsabilidade social, e somente no IFRS foram identificadas informações de responsabilidade ambiental. Em se tratando da divulgação da informação sobre indicadores de responsabilidade econômica (item 3), como critérios de avaliação de fornecedores, política do consumo consciente, entre outros, foram identificadas publicações somente no IFFAR e na UFPEL. A categoria 8, conforme segue, é relacionada ás questões de qualidade de gestão e educação nas IES.

4.1.8 Informação sobre condições de qualidade administrativa e acadêmica da instituição

Quanto à categoria referente às condições de qualidade administrativa e acadêmica da instituição, Oliveira, Fonseca e Amaral (2006) ressaltam a relevância da mesma para a comunidade, pois aborda aspectos que não só, estão ligados às conquistas acadêmicas, como também em processos de avaliação da instituição gerenciando a qualidade em que o ensino e programas de extensão que estão sendo aplicados no sistema educacional.

A categoria oito é composta por cinco itens demonstrando questões como: a média de divulgação dos três IFs (a) analisados, a média de divulgação das onze UFs (b) e também, a média de divulgação geral da categoria (a+b). Além disso, estão especificadas as porcentagens de cada item para os dois grupos institucionais, como se pode observar na Tabela 10.

Tabela 10 — Categoria 8: Informação sobre condições de qualidade administrativa e acadêmica da instituição

Ord.	Itens	Percentual de divulgação Institutos Federais (a)	Percentual de divulgação Universidades Federais (b)	Percentual de divulgação (a + b)
1	Acesso aos Informes de autoavaliação e autorregulação no âmbito institucional ou de programas	100,00%	100,00%	100,00%
2	Relação de prêmios obtidos pela comunidade acadêmica	100,00%	100,00%	100,00%
3	Relação dos resultados dos Exames de Qualidade da Educação Superior (ENADE, IGC e CPC)	100,00%	100,00%	100,00%
4	Relação nominal ou identificação dos programas que têm registro qualificado e certificação voluntária	66.67%	100.00%	90,91%
5	Visualização do selo de qualidade que certifica a aplicação de normas ISO para a gestão pública ou de gestão acadêmica	0,00%	0,00%	0,00%
MÉDIA DE DIVULGAÇÃO GERAL		**73.33%**	**80.00%**	**78,18%**

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

A média percentual geral de divulgação encontrada na oitava categoria é de 78,18%. Além disso, os itens que apresentaram maior destaque são aqueles ligados aos informes de autoavaliação e autorregulação no âmbito institucional ou de programas (1 item), a relação de prêmios obtidos pela comunidade acadêmica (item 2) e a relação dos resultados dos exames de qualidade como ENADE, IGC e CPC (item 3), que foram 100% divulgados por todas as IES pesquisadas.

O quarto item também apresenta alto índice de divulgação, não sendo encontrado apenas no IFFar. Informações relacionadas à certificação qualidade ISO, não foram identificadas em nenhum dos portais das instituições pesquisadas. Dessa forma, as UFs são representadas com um percentual geral médio de 80% enquanto os IFs dispõe de 73,33%. A média de divulgação geral das Universidades nesta categoria encontra-se com um percentual mais elevado que os Institutos, entretanto, percebe-se que grande parcela dos itens presentes na categoria mantém índices percentuais equivalentes, diferenciando-se apenas no item quatro.

A próxima categoria analisada (navegabilidade, acesso e desenho da página web) trata das características do portal, buscando identificar itens que auxiliam na navegação entre as janelas do site e que facilitam o acesso da informação divulgada.

4.1.9 Informação relativa à navegabilidade, acesso e desenho da página web

A nona categoria é composta por 20 itens que conforme Rosário et al. (2011) referem-se aos mecanismos que possibilitam a facilidade de navegação na *web*, permitindo que todos os indivíduos (mesmo com algum tipo de deficiência) possam acessar e compreender o conteúdo exposto no *site*. A Tabela 11 expressa mais especificamente estas informações.

Tabela 11 — Categoria 9: Informação relativa à navegabilidade, acesso e desenho da página web

Ord.	Itens	Percentual de divulgação Institutos Federais (a)	Percentual de divulgação Universidades Federais (b)	Percentual de divulgação (a + b)
1	Inclui-se nas páginas a data da última atualização	100,00%	100,00%	100,00%
2	Dispõe de uma seção específica na qual agrupa a informação financeira e orçamentária que difunde	100,00%	100,00%	100,00%
3	Dispõe de uma seção específica de prestação de contas	100,00%	100,00%	100,00%
4	Incorporação de motores de busca na página *web* para facilitar o acesso à informação	100,00%	100,00%	100,00%
5	Permite-se o download de arquivos que o usuário pode utilizar em diversas aplicações	100,00%	100,00%	100,00%
6	Disponibiliza o endereço postal e eletrônico de contato da universidade	100,00%	100,00%	100,00%
7	Há uma seção específica no site para acessar cada tipo de informação	100,00%	100,00%	100,00%
8	Formatos eletrônicos utilizados para divulgação de informações financeiras	100,00%	100,00%	100,00%
9	É claramente diferenciado na *web* a existência de links externos e internos do ente público	100,00%	100,00%	100,00%
10	É possível encontrar a informação em vários idiomas	100.00%	75.00%	81,82%
11	Disponibiliza um mapa da página *web*	66.67%	87.50%	81,82%
12	A segurança da página *web* está certificada por uma entidade independente e sólida	66.67%	75.00%	72,73%
13	Responsabilidade do conteúdo divulgado na página *web*	100,00%	62.50%	72,73%
14	Possibilita o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina	66.67%	75.00%	72,73%
15	Divulga em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação	66.67%	75.00%	72,73%

Ord.	Itens	Percentual de divulgação Institutos Federais (a)	Percentual de divulgação Universidades Federais (b)	Percentual de divulgação (a + b)
16	Disponibiliza links para acessar a *sites* vinculados com a regulação ou gestão acadêmica, avaliação da qualidade ou rankings de universidades, entre outros	66.67%	75.00%	72,73%
17	A página *web* oferece a informação em formato de áudio e/ou vídeo	33.33%	62.50%	54,55%
18	Incorporam-se recursos que facilitam uma correta impressão da informação	33.33%	12.50%	18,18%
19	A página *web* utiliza como ferramenta hiperlinks na informação financeira prestada	0.00%	25.00%	18,18%
20	Incluem-se suportes multimídia como apoio para apresentação de dados orçamentários e contábeis	0.00%	12.50%	9,09%
MÉDIA DE DIVULGAÇÃO GERAL		**75.00%**	**76.88%**	**76,36%**

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Esta categoria apresenta média de divulgação geral de 76,36%. Dentre os itens presentes na Tabela 11, pode-se perceber que 9 dos 20 itens compostos pela categoria são divulgados em todas as instituições pesquisadas, ou seja, todas as informações relacionadas à data da última atualização (item 1), seção para informação financeira e orçamentária (item 2), prestação de contas (item 3), motores que facilitam acesso (item 4), downloads de arquivos (item 5), endereços e contatos (item 6), seções especificas para cada tipo de informação (item 7), documentos em diferentes formatos (item 8) e diferenciação de *links* internos e externos (item 9). A categoria também apresenta um item que é exigido pela LAI, ou Lei 12.527 (item 4), que se encontra totalmente divulgado por todas as IES pesquisadas.

Entretanto cabe ressaltar algumas particularidades, por exemplo, no item 2, o qual solicita uma seção específica que agrupe a informação financeira e orçamentária que difunde, pode-se identificar que somente o IFSul apresenta estas informações referentes ao ano de 2018 e a UFRGS ao de 2017. Sobre o item que corresponde aos formatos eletrônicos utilizados para divulgação de informações financeiras (item 8), pôde-se verificar que 9 das 11 instituições apresentaram informações em PDF e 2 das 11 em formato Excel.

Também, apesar do item 10 apresentar índice de divulgação de 81,82% percebeu-se que não foram encontradas informações em outros idiomas nas instituições UERGS e UFCSPA. Já no IFRS, IFSul e UFFS foi possível encontrar

informações em libras. Na UFPEL, FURG e UFRGS encontrou-se dois tipos de idiomas distintos, na UNIPAMPA três e nas instituições como IFFar e UFSM, cinco.

Entre os percentuais 72% e 82% estão os itens 10, 11, 12, 13, 14, 15, e 16. Já com o menor percentual presente na categoria estão os itens 18, 19, e 20 referentes às informações sobre recursos que facilitam uma correta impressão da informação, sobre os *hiperlinks* utilizados para acesso da informação financeira na página da *web*, e por fim os suportes multimídia como apoio para apresentação de dados orçamentários e contábeis.

Nesta categoria, às médias percentuais gerais dos IFs e UFs também foram bem próximas, sendo gerado um índice percentual de 75% nos IFs e 76,88% nas UFs. Os IFs apresentaram 11 dos 20 itens com 100% de divulgação enquanto as UFs apresentaram apenas 9. Em contrapartida, as UFs não tiveram nenhum item com 0% de divulgação enquanto os IFs apresentaram 2 (item 19 e 20). A décima categoria, apresentada na seção seguinte, aborda aspectos referentes aos serviços eletrônicos presentes nas IES e sua estrutura é composta por oito itens.

4.1.10 E-Serviços

A categoria E-Serviços compõem itens relacionados a características da página *web* que facilitam serviços e processos de gerenciamento acadêmico e institucional. Além disso, busca identificar o uso ferramentas nas ações *on-line*. A categoria 10 apresentou uma média de divulgação de 89,77%, conforme pode ser visto na Tabela 12.

Tabela 12 — Categoria 10: E-Serviços

Ord.	Itens	Percentual de divulgação Institutos Federais (a)	Percentual de divulgação Universidades Federais (b)	Percentual de divulgação (a + b)
1	Facilita-se o *download* de formulários e impressos para as tramitações administrativas da educação formal	100,00%	100,00%	100,00%
2	É possível tramitar integralmente até o pagamento as transações administrativas da educação formal	100,00%	100,00%	100,00%
3	*E-learning* na educação formal	100,00%	100,00%	100,00%
4	É possível realizar *on-line* transações administrativas da educação formal	100,00%	87.50%	90,91%
5	É possível realizar *on-line* transações administrativas de cursos de aprimoramento	100,00%	87.50%	90,91%
6	É possível tramitar integralmente até o pagamento as transações administrativas de cursos de aprimoramento	100,00%	87.50%	90,91%
7	*E-learning* em cursos de aprimoramento	100,00%	75.00%	81,82%
8	Facilita-se o *download* de formulários e impressos para as tramitações administrativas de cursos de aprimoramento	0.00%	87.50%	63,64%
MÉDIA DE DIVULGAÇÃO GERAL		**87.50%**	**90.63%**	**89,77%**

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Dentre os itens mais divulgados pela categoria, estão aqueles relacionados à facilidade de download de formulários e impressos (item 1), a tramitação sobre o pagamento das transações administrativas (item 2) e o *e-learning* na educação formal (também conhecido como ensino não presencial) (item 3), que apresentam 100% de divulgação em todas as IES. Outros itens que ficaram próximos de 100% são os 4, 5 e 6 alcançando a média percentual de 90,91% sobre cada um destes.

O item menos divulgado (8) é relacionado a possibilidade de download de formulários e impressos para as tramitações administrativas de cursos de aprimoramento, sendo identificado com um percentual de 63,64%. A categoria 10 apresenta 8 itens em sua composição, representando média de divulgação geral nos IFs de 87,50% e nas UFs de 90,63%.

Sete dos oito itens são 100% divulgados pelos IFs, enquanto as UFs apresentam somente três itens com divulgação plena. O item 8, “Facilita-se o *download* de formulários e impressos para as tramitações administrativas de cursos

de aprimoramento” não foi divulgado em nenhum dos IFs, e foi divulgado por dez das onze UFs. A categoria 11 relacionada a participação eletrônica aborda questões referentes as ferramentas disponibilizadas pelo portal para estabelecer relações mais interativas e completas entre a comunidade e as IES, além disso é a última categoria analisada.

4.1.11 E-Participação

A categoria 11, relacionada a participação eletrônica inclui os instrumentos de interação que permitem a participação dos acadêmicos e da comunidade em geral, sobre pesquisas de opinião, além de poder expressar opiniões através de foros de discussão e gerar um feedback à instituição através da caixa de reclamações ou sugestões (ROSÁRIO et al., 2011). A Tabela 13 expressa com maior precisão as informações encontradas.

Tabela 13 — Categoria 11: E-Participação

Ord.	Itens	Percentual de divulgação Institutos Federais (a)	Percentual de divulgação Universidades Federais (b)	Percentual de divulgação (a + b)
1	Caixa de reclamações ou sugestões	100,00%	100,00%	100,00%
2	Foros de discussão na *web* da universidade	100,00%	100,00%	100,00%
3	Pesquisas de opinião	100,00%	100,00%	100,00%
4	A página *web* apresenta endereço de contato com as pessoas responsáveis pelos serviços prestados na universidade	100,00%	100,00%	100,00%
5	Apresenta seção com perguntas e respostas	100,00%	100,00%	100,00%
6	A página *web* permite a inclusão de um *mailing list* para permitir atualização de informação aos usuários que assim o solicitem	100.00%	87.50%	90,91%
7	Blog	100.00%	75.00%	81,82%
8	A página *web* indica local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o *webmaster* para a solicitação de informação geral pelo usuário	100.00%	62.50%	72,73%
9	Chat	33.33%	50.00%	45,45%
MÉDIA DE DIVULGAÇÃO GERAL		**92.59%**	**86.11%**	**87,88%**

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

A média percentual geral encontrada nesta categoria é de 87,88%. Cinco, dos nove itens presentes na categoria E-Participação, apresentam percentual completo de divulgação, tais como: caixa de reclamações ou sugestões (item 1), foros de discussão na *web* da Universidade (item 2), pesquisas de opinião (item 3), e apresentação dos endereços de contato das pessoas responsáveis pelos serviços prestados na Universidade (item 4).

Entre 71% e 91% encontram-se itens como: inclusão de *mailing-list* (item 6), *blog* (item 7) e formas de comunicação eletrônica com o *webmaster* (item 8). O Item menos divulgado nesta categoria é o Chat (item 9), presente em apenas 5 IES, sendo elas 1 IF e 4 UFs.

A média de divulgação geral encontrada nos IFs e UFs nesta categoria é de 92,59% e 86,11% respectivamente. Além disso, oito dos nove itens presentes na categoria são 100% divulgados pelos IFs (itens 1 a 8), enquanto apenas cinco destes são 100% divulgados pelas UFs (itens 1 a 5). O Item menos divulgado pelos IFs apresenta percentual de 33,33% (item 9) e o menos divulgado pelas UFs apresenta percentual de 50% (item 9).

Em relação ao item 5, o qual é exigido pela LAI, pode-se perceber que o mesmo encontra-se divulgado por 100% das IES estudadas. A próxima seção aborda os índices percentuais gerados sobre os Institutos e Universidades analisados no estudo, indicado as maiores e menores médias de divulgação dentre as 11 IES.

4.2 ÍNDICE INDEXDUF INDIVIDUAL DAS IES AVALIADAS

Ao fim da coleta, pôde-se determinar o IndexDUF de cada IES pública do Rio Grande do Sul. Dessa forma, foi possível identificar quais das instituições analisadas demonstra maior transparência sobre os itens compostos pelo IndexDUF nos seus portais eletrônicos.

Para melhor compreensão dos resultados obtidos, optou-se por separar as análises dos Institutos e Universidades. Na Tabela 14 é possível identificar os percentuais de divulgação encontrados nos **Institutos Públicos do Rio Grande do Sul** (grifo nosso).

Tabela 14 — IndexDUF dos Institutos Públicos do Rio Grande do Sul

Categorias	IFRS	IFFar	IFSul
Categoria 1	95.83%	83.33%	75.00%
Categoria 2	50.00%	41.67%	83.33%
Categoria 3	77.78%	100.00%	88.89%
Categoria 4	100.00%	66.67%	100.00%
Categoria 5	90.00%	80.00%	90.00%
Categoria 6	50.00%	66.67%	50.00%
Categoria 7	33.33%	100.00%	0.00%
Categoria 8	80.00%	60.00%	80.00%
Categoria 9	80.00%	80.00%	65.00%
Categoria 10	87.50%	87.50%	87.50%
Categoria 11	88.89%	100.00%	88.89%
MÉDIA DE DIVULGAÇÃO GERAL	**75.76%**	**78.71%**	**73.51%**

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Os 3 Institutos analisados tiveram um percentual geral de divulgação relativamente próximo, pois o IFSul, o qual conta com menor índice percentual, apresentou média geral sobre todas as categorias de 73,51% sendo seguido pelo IFRS com média percentual de 75,76%. Com maior percentual de divulgação encontrado dentre os IFs, destaca-se o IFFar, com média de 78,71%.

Em relação às categorias, pode-se perceber que o IFFar apresentou maior percentual de divulgação sobre os outros IFs (IFRS e IFSul), na categoria 3, 6, 7 e 11, empatando com o IFRS na categoria 9. Na categoria 10 todos os IFs apresentaram o mesmo percentual de divulgação (87,50%).

O IFRS, apresentou maior percentual de divulgação somente na categoria 1. Nas categorias 4 e 5 e 8, empatou com o IFSul com os maiores percentuais. O IFRS obteve empate com o IFFar (sobre o maior percentual de divulgação) apenas na categoria 9.

Por último, com a menor média percentual geral de divulgação entre os IFs, o IFSul apresenta maior transparência na categoria 2, empatando com o IFRS em percentuais maiores nas categorias 4, 5 e 8. O estudo demonstrou que nenhum dos IFs são plenamente transparentes, e que todos apresentam déficits de informações.

Entretanto, o IF que indicou o maior índice de divulgação dentre os 3 presentes no estudo foi o IFFar e o que apresentou menor média de divulgação foi o IFSul. Na Tabela 15, é possível identificar os percentuais de divulgação encontrados nas **Universidades Públicas do Rio Grande do Sul** (grifo nosso).

Tabela 15 — IndexDUF das Universidades Públicas do Rio Grande do Sul

Cat.	UERGS	UFFS	UFCSPA	UFPEL	UFSM	UNIPAMPA	FURG	UFRGS
1	83.33%	100.00%	95.83%	87.50%	70.83%	70.83%	87.50%	83.33%
2	83.33%	91.67%	83.33%	66.67%	75.00%	66.67%	91.67%	91.67%
3	77.78%	88.89%	77.78%	100.00%	100.00%	77.78%	100.00%	88.89%
4	66.67%	100.00%	66.67%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
5	57.50%	97.50%	90.00%	80.00%	95.00%	90.00%	90.00%	95.00%
6	50.00%	100.00%	33.33%	66.67%	83.33%	83.33%	66.67%	83.33%
7	66.67%	66.67%	66.67%	100.00%	66.67%	66.67%	66.67%	66.67%
8	80.00%	80.00%	80.00%	80.00%	80.00%	80.00%	80.00%	80.00%
9	75.00%	80.00%	80.00%	75.00%	80.00%	85.00%	70.00%	70.00%
10	50.00%	87.50%	100.00%	87.50%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
11	77.78%	88.89%	88.89%	88.89%	88.89%	55.56%	100.00%	100.00%
M. D. G.*	**69.82%**	**89.19%**	**78.41%**	**84.75%**	**85.43%**	**79.62%**	**86.59%**	**87.17%**

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019. M. D. G. = Média de Divulgação Geral*

Em relação à Tabela 15 pode-se perceber maior discrepância entre os percentuais de divulgação de algumas instituições como UERGS e UFFS por exemplo. Com menor média de divulgação geral entre todas as Universidades está a UERGS, a única Universidade Estadual presente no estudo, onde a mesma apresentou índice de 69,82% de divulgação. A segunda Universidade com menor índice de transparência é a UFCSPA, a qual apresentou 78,41% de divulgação, uma média bem próxima da UNIPAMPA, que indicou um percentual de 79,62%.

A Universidade com maior média de divulgação geral encontrada foi a UFFS, com 89,19% acompanhada pela UFRGS que apresentou índice de 87,17%, seguida pela FURG com 86,59% de transparência. A UFSM e UFPEL tiveram médias percentuais gerais bem próximas indicando 85,43% e 84,75% respectivamente.

Algumas categorias que colaboraram para que a UFFS apresentasse a maior média percentual, são as categorias 1, 4 e 6 que tiveram percentual pleno de divulgação. As categorias 2 e 5 também colaboraram, pois apresentaram percentuais bem elevados. A UFRGS, como segunda Universidade mais transparente dentre as 8 presentes no estudo, obteve este percentual com auxílio das categorias 4, 10 e 11, onde teve 100% de divulgação. As categorias 2 e 5 também colaboraram para que esse percentual, pois apresentaram 91.67% e 95% de divulgação, respectivamente.

A FURG, terceira Universidade com maior índice de transparência, obteve 100% de divulgação nas categorias 3, 4, 10 e 11. Já a UFSM obteve 100% de divulgação nas categorias 3, 4 e 10. A UFPEL alcançou a divulgação plena nas categorias 3, 4 e 7. A UNIPAMPA indicou 100% de divulgação em apenas duas categorias, tais como: 4 e 10. A penúltima Universidade com menor índice de transparência apresentou divulgação plena somente na categoria 10. A UERGS foi a única IES que não alcançou 100% de divulgação em nenhuma das categorias.

Infere-se que, nenhuma das UFs apresentam divulgação plena dos itens presentes no IndexDUF, porém, a Universidade que se destacou com maior índice de transparência de informações foi a UFFS, e a instituição que indicou menor percentual de divulgação foi a UERGS.

As UFs, apesar de apresentarem percentuais maiores que os IFs, ainda precisam melhorar muito para serem consideradas plenamente transparentes, principalmente as IES como UFCSPA e UNIPAMPA, que se encontram distantes das demais em termos percentuais de transparência pelo IndexDUF. O Instituto com maior índice de transparência de informações é o IFFar, e a Universidade com maior percentual de divulgação é a UFFS. Entretanto, cabe-se ressaltar que diante da comparação geral sobre todas as IES públicas estudadas os IFs não se encontram entre as IES mais transparentes, e sim, as UFs.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os portais eletrônicos são muito utilizados nas IES, pois permitem o compartilhamento e alocação de dados e informações úteis aos seus *stakeholders*. Além disso, são meios que possibilitam organizar estas informações de maneira adequada e objetiva, facilitando o gerenciamento dos recursos e o processamento das atividades desenvolvidas pela instituição (ZORZAL, 2015). As tecnologias da informação e comunicação são essenciais para que a comunidade obtenha conhecimento dos processos gerenciais das instituições, e dessa forma possa estabelecer inter-relações com as mesmas através de seus portais eletrônicos (MOLINA, 2008).

Este estudo foi realizado a partir do Índice de Divulgação das Universidades Federais (IndexDUF), (utilizado tanto para Institutos quanto para Universidades) que se trata de um método elaborado por Pessôa (2013) com intuito de determinar a transparência presente dos portais das IES. Este trabalho teve como objetivo geral identificar o índice IndexDUF de transparência das informações fornecidas pelos Portais Eletrônicos dos Institutos e Universidades Públicas do Rio Grande do Sul.

O desenvolvimento deste trabalho deu-se através de uma pesquisa quantitativa de natureza descritiva, onde foi aplicado um estudo transversal único para identificar a presença ou ausência dos componentes do IndexDUF nas onze IES analisadas. Esta pesquisa trata-se de um censo, onde foram agrupadas todas as Universidades e Institutos Públicos do Rio Grande do Sul.

Para maior compreensão do tema e dos demais aspectos tratados neste trabalho, foram abordadas no referencial teórico, questões referentes a transparência pública e a Lei de Acesso a Informação (LAI). Na sequência, foram localizados estudos anteriores sobre a transparência de informações nos portais eletrônicos das IES, buscando compreender os distintos métodos utilizados pra gerar o índice de transparência das instituições públicas. Por fim, foram abordadas as características relevantes para avaliação dos portais das IES, no intuito de compreender as 11 categorias que compõe métrica IndexDUF.

No primeiro objetivo específico buscou-se identificar nos portais eletrônicos das IES pesquisadas as informações disponibilizadas sobre os componentes do IndexDUF. Para isso, primeiramente foi realizado um pré-teste no portal eletrônico da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), antecedendo à análise dos

demais portais eletrônicos. A pesquisa pelos componentes do IndexDUF teve início no dia 16/05 e término no dia 09/06. Durante este período foi possível identificar a presença e ausência dos 1529 itens sobre toda a população estudada.

Para o alcance do segundo objetivo específico proposto, foi realizada a comparação dos resultados dos índices de transparência obtidos por categorias de IES e componentes do IndexDUF (ver seção 4.1). Através da análise pode-se identificar que a categoria mais divulgada por todas as IES públicas é a referente às Atividades acadêmicas (extensão), a qual alcançou uma média de divulgação de 90,91% sobre todas as instituições. Além disso, a categoria mais divulgada por IFs corresponde à categoria 11, E-Participação, também chamada de Participação Eletrônica, a qual alcançou o índice de 92,59% de divulgação. Já para as UFs, percebe-se que a categoria mais divulgada diz respeito às Atividades acadêmicas (extensão), com 91.67% de transparência.

Dentre as categorias encontradas com menor índice de divulgação, na UERGS estão as 5, 6 e 10. No IFSul, as categorias com menor índice de transparência são as 6 e 7, onde a 6 apresenta 50% de divulgação e a 7 não apresenta divulgação alguma. O IFRS apresenta menores índices de transparência nas categorias 2, 6 e 7. A UFCSPA indica menor percentual de divulgação na categoria 6. O IFFar apresenta menor divulgação na categoria 2. Cabe-se ressaltar que todas as categorias informadas acima, consideradas como menos transparentes, estão abaixo dos 50% de divulgação.

A UNIPAMPA apresenta menor divulgação na categoria 11 (55,56%). A UFPEL tem como categorias menos divulgadas a 2 e a 6 com percentuais de transparência de 66,67%. A UFSM apresenta menor índice de divulgação na categoria 7, a qual conta com 66,67% de transparência. A FURG tem menor índice de divulgação nas categorias 5 e 6, também com 66,67% de transparência. E as instituições UFRGS e UFFS, apresentam a categoria 7 como a menos divulgada (66,67%).

Entretanto, entre as categorias menos divulgadas pelas IES estão as categorias 6 e 7, relacionadas as Características da Informação Financeira e Informação de Responsabilidade Social, com índices de transparência de 66,67% e 63,64% respectivamente. Nos IFs, as categorias que apresentam menores índices de transparência são as categorias 2, 6 e 7 onde a 7 é a menos divulgada com

média de divulgação de 44,44%. Logo após encontra-se a categoria 6, com percentual de 55,56% e a categoria 2, com índice percentual de 58,33%.

Sobre as UFs, as categorias menos divulgadas estão relacionadas às Características da Informação Financeira e Informação de Responsabilidade Social (categorias 6 e 7), as quais apresentaram percentual de divulgação de 70.83%. A média de divulgação geral sobre todas as IES foi de 80,81%. Já a média de divulgação geral que corresponde somente aos IFs foi de 75,99% e a que está relacionada somente as UFs indica um índice de 82,62%.

Por fim, o último objetivo buscou determinar o IndexDUF de cada IES estudada, indicando qual instituição apresenta maior e menor índice de transparência. Dessa forma, a instituição que apresentou maior percentual de divulgação foi a UFFS, indicando uma média de 89,19% de transparência sobre as 11 categorias presentes no IndexDUF. Em contrapartida, a IES classificada com a menor média de divulgação foi a UERGS, que indicou apenas 69,82% de transparência.

A partir dos resultados obtidos, foi possível concluir que nenhuma das 11 instituições é 100% transparente e que a quantidade máxima de itens divulgados foi de 128 itens (UFFS). Além disso, os IFs indicam menor índice de transparência (75,99%) em seus portais eletrônicos que as UFs (82,62%), entretanto, todas as IES divulgam pelo menos 97 dos 139 itens que compõe o IndexDUF.

Dentre as limitações encontradas na realização do estudo, destaca-se que a métrica utilizada se trata de um índice binário, onde apenas é identificada a existência ou inexistência do item no portal da instituição, ou seja, o índice não é ponderado e nem graduado, pois não são atribuídos pesos distintos para cada item, tornando-os todos equivalentes. Outro ponto a ser ressaltado é que apesar deste estudo tratar-se de um censo, existe uma população muito maior de IES públicas no país, podendo ser comparadas entre Estados, indicando quais IES e quais Estados apresentam maior índice de transparência.

Esta pesquisa contribuiu para ampliar o conhecimento da sociedade sobre os aspectos ligados a transparência de informações nos portais eletrônicos das IES públicas, possibilitando a identificação das instituições que apresentam maior transparência nas suas ações e no seu gerenciamento. A pesquisa também colabora para que as instituições presentes no estudo identifiquem os aspectos que

não estão presentes em seus portais, aperfeiçoando estes mecanismos para estabelecer uma inter-relação cada vez maior e mais transparente com a sociedade.

Os aspectos ressaltados na literatura deste estudo permitem que seus leitores obtenham uma compreensão ampla não só, sobre a Lei de Acesso a Informação como também, às distintas formas utilizadas para medir transparência das instituições públicas, ressaltadas nos estudos de diversos autores. Outro ponto relevante está ligado à contribuição científica que este estudo proporciona, pois a transparência de informações fortalece a ideia de que as IES estão sendo administradas de maneira correta, demonstrando sua preocupação com *stakeholders*.

Sugere-se, para a realização de pesquisas futuras, a inclusão de um número maior de Universidades e Institutos, para que o estudo apresente um resultado mais consistente e completo. Além disso, outra sugestão interessante seria comparar os percentuais de divulgação encontrados em outros estudos que se utilizaram da mesma métrica estruturada por Pessôa (2013), possibilitando compreender a evolução das instituições sobre os aspectos de transparência.

REFERÊNCIAS

AGOSTINETO, Raquel Crestani; RAUPP, Fabiano Maury. Prestação de contas por meio de portais eletrônicos: um estudo em câmaras municipais da grande Florianópolis. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 6, n. 3, p. 64-79, jul./set. 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/48186993_prestacao_de_contas_por_meio_de_portais_eletronicos_um_estudo_em_camaras_municipais_da_grande_florianopolis>. Acesso em: 08 abr. 2019.

APPOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia da ciência:** filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 11 abr. 2019.

_____. **Lei de Acesso à Informação.** Lei ordinária n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 01 abr. 2019.

_____. **Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 08 abr. 2019.

_____. **Lei n.º 9.755, de 16 de dezembro de 1998**. Dispõe sobre a criação de "homepage" na "internet", pelo Tribunal de Contas da União, para divulgação dos dados e informações que especifica, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9755.htm>. Acesso em: 08 abr. 2019.

_____. **Lei Complementar Nº 131, de 27 de Maio de 2009.** Acrescenta dispositivos à Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm>. Acesso em: 10 abr. 2019.

CARVALHO, J. L. B. V. B. **A Lei de Acesso à Informação no contexto evolutivo do controle social da administração pública.** Brasília: UnB, 2014.

CATÓLICO, Diego Fernando. Revelación y divulgación de información financiera y no financiera das universidades públicas en Colombia. **Revista da Facultad de Ciencias Económicas.** Nueva Granada, v.20, n.1, p.57-76, Jun. 2012. Disponível em: <https://revistas.unimilitar.edu.co/index.php/rfce/article/view/2185>. Acesso em: 06 abr. 2019.

COUTINHO, H. C. P; ALVES, J. L. Lei de Acesso à Informação como ferramenta de controle social de ações governamentais. **Revista Comunicação & Informação** – UFG, Pernambuco, v. 18, n. 1, p. 124-139, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/ci/article/view/33985>. Acesso em: 02 abr. 2019.

COUTINHO, R. B. G; MACEDO-SOARES, T. D. L. V. A. Gestão estratégica com responsabilidade social: arcabouço analítico para auxiliar sua implementação em empresas no Brasil. **Revista administração contemporânea,** Curitiba, v. 6, n. 3, dez. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552002000300000>. Acesso em: 18 abr. 2019.

CRUZ, Cassiana Maris Lima. **A comunicação interna na perspectiva da avaliação institucional em universidades no Rio Grande do Sul.** 2010. 265 p. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/4423>. Acesso em: 18 abr. 2019.

DAVOK, D. F. Qualidade em educação. **Revista Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v.12, n.3, p.505-513. 2007 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772007000300007&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 27 abr. 2019.

DIXON, K.; COY, D.; TOWER, G. External reporting by New Zealand Universities 1985-1989. Improving accountability. **Financial Accountability and Management,** New Jersey, v.7, p.159-178. 1991. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1468-0408.1991.tb00348.x>. Acesso em: 05 abr. 2019.

FARACO, Bruno Pereira. **Transparência das Informações Públicas nos Portais das Instituições Federais de Educação Profissional da Região Sul do Brasil**. 2015. 123 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

FARIA, M. J. S. O relato da informação financeira de responsabilidade social como contributo para a *performance* das empresas portuguesas**. Revista Gestão & Produção**, São Carlos, v. 25, n.4, p. 866-887, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/gp/v25n4/0104-530X-gp-0104-530X3342-18.pdf>. Acesso em: 01 maio 2019.

_____, M. J. S. Tipos de divulgação da informação financeira e não financeira de responsabilidade social empresarial. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 9, p. 534-558, set. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v15nspe/1679-3951-cebape-15-spe-00534.pdf>. Acesso em: 01 maio 2019.

FERREIRA, Michelle. As novas configurações da Gestão Pública: Comunicação, conhecimento e pessoas. **Revista Diversidade e Igualdade na Comunicação**, São Paulo, v. 1, n. 1. p. 1-15, 2005. Disponível em:

<https://www.faac.unesp.br/publicacoes/anais-comunicacao/textos/34.pdf>. Acesso em 07 abr. 2019.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

FREITAS JÚNIOR, Olival de Gusmão et al. Categorizando os portais corporativos das universidades públicas brasileiras. In: SEPRONe, 5., 2010, Alagoas. **Anais...** Alagoas: UFAL, 2010.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Aspectos teóricos e conceituais. In: _____. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009, p. 11-30. Disponível em: < http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 16 maio 2019.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/materiais/guia-do-censo/apresentacao.html>. Acesso em: 23 maio 2019.

INDOLFO, Ana Celeste. Políticas de informação, comunicação e inovação em serviços de sistemas de saúde. In: CUNHA FJAP. LÁZARO, CP.; PEREIRA, HBB. **Conhecimento, inovação e comunicação em serviços de saúde.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2014.

KANAANE, R.; FIEL FILHO, A.F.; FERREIRA, M. **Gestão Pública:** planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas. São Paulo: Atlas, 2010.

KON, A. Responsabilidade social das empresas como instrumento para o desenvolvimento: a função da política pública**. Planejamento e políticas públicas**, [s. l.], v.1, n. 41, p. 45-88, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/234>. Acesso em: 01 maio 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, Aline Ferreira et al. A importância do ensino, pesquisa e extensão da formação profissional. In: JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO, n. 2. 2017, Natal. **Anais eletrônicos...** Natal: Even3, 2017. Disponível em: <https://even3storage.blob.core.windows.net/anais/53150.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2019.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing:** uma orientação aplicada. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MARTINS, P. L. Acesso à informação: um direito fundamental e instrumental. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 24, n.1, p. 233-244, jun./jun. 2011. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/54915>. Acesso em: 30 abr. 2019.

MAZZILLI, S. Ensino, pesquisa e extensão: reconfiguração da universidade brasileira em tempos de redemocratização do Estado. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Goiás, v. 27, n. 2, p. 205-221, maio. /ago., 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/24770>. Acesso em: 20 abr. 2019.

MOITA, F. G. S. C; ANDRADE, F. C. B. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação,** Paraíba, v.14, n. 41, p. 269-280, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s1413-24782009000200006&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 13 abr. 2019.

MOLINA, Letícia Gorri. **Portais corporativos:** tecnologia de informação e comunicação aplicadas à gestão da informação e do conhecimento em empresas de Tecnologia de Informação. 2008. 211f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008.

OLIVEIRA, J. F.; FONSECA, M.; AMARAL; N. C. Avaliação, desenvolvimento institucional e qualidade do trabalho acadêmico. **Revista educar**. Curitiba, v. 1, n. 28, p.71-87, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-40602006000200006&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 23 abr. 2019.

PESSÔA, Iury da Silva. **Determinantes da Transparência das Universidades Federais Brasileiras.** 2013. 175 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

PLATT NETO, O.A.; Cruz, F.; VIEIRA, A.L. Transparência das contas públicas: um enfoque no uso da Internet como instrumento de publicidade na UFSC. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v.1, n. 5, p.135-146, 2006. Disponível em: <www.furb.br/universocontabil>. Acesso em: 06 abr. 2019.

RAUPP, F. M; PINHO, J. A. G. de. Construindo a accountability em portais eletrônicos de câmaras municipais: um estudo de caso em Santa Catarina. **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 117-139, 2011. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/5194>. Acesso em: 12 mar. 2019.

RAYS, O. A. Ensino-Pesquisa-Extensão: notas para pensar a indissociabilidade. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 21, p. 1-10, jan., 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/issue/view/254/showToc>. Acesso em: 28 abr. 2019.

RESENDE, Walisson da Costa; NASSIF, Mônica Erichsen. Aplicação da lei de acesso à informação em portais de transparência governamentais brasileiros. **Encontros Bibli:** revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Minas Gerais, v. 20, n. 42, p. 1- 16, jan./abr., 2015. Disponível em: <https://35632-126970-1-PB.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2019.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, Georgete Medleg. Indicadores de “transparência ativa” em instituições públicas: análise dos portais de universidades públicas federais. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.9, n.2, p. 423-438, novembro 2013. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3474/3013>. Acesso em: 2 mar. 2019.

ROSA, Tatiana Costa. **Lei de acesso à informação:** análise dos portais eletrônicos das universidades públicas federais da região sul do Brasil. Santa Maria: UFSM, 2014.

ROSÁRIO, A. H. D. PÉREZ, M. D. C. C. CAÑADAS, M. D. M. S. La transparencia de información online: El caso das top 100 universidades del mundo. In: Congresso AECA, 26., 2011, Granada. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.aeca1.org/pub/on_line/comunicaciones_xvicongresoaeca/cd/31g.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2019.

SILVEIRA, Aline Reinhardt da. **A comunicação pública a serviço da transparência pública na internet:** estudo em portais de universidades federais. 2012. 54 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Administração). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SILVEIRA, H. F. R. **Internet, governo e cidadania.** Ciência da Informação, Brasília, v. 30, n. 2, p. 80-90, maio/ago. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v30n2/6214.pdf>. Acesso em 24 abr. 2019.

TOMEI P. A. Responsabilidade social de empresas: análise qualitativa da opinião do empresariado nacional. **Revista Administração de Empresas,** São Paulo, v. 24, n. 4, p. 1-14, out./dez. 1984.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UHLIR, Paulo F. Diretrizes políticas para o desenvolvimento e a promoção da informação governamental de domínio público. **UNESCO**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 1-64, 2006.

ZÉMOR, Pierre. **As formas da comunicação pública.** In DUARTE, Jorge (org.). Comunicação Pública. São Paulo: Atlas. 2009.

ZORZAL, Luzia. **Transparência das informações das universidades federais:** estudo dos relatórios de gestão à luz dos princípios de boa governança na administração pública federal. 2015. 197 p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Programa de pós-graduação em Ciência da Informação, Brasília, 2015.

ANEXO A – Índice de Divulgação das Universidades Federais (IndexDUF)

Protocolo de análise

1 – Visitar o portal da Universidade conforme lista de universidades.

2 – Utilizar a ferramenta do Google de busca em domínio pelos itens conforme formulário de coleta de dados.

3 – Buscar cada item do formulário de coleta de dados, indicando no formulário na coluna “0/1” conforme escala graduada de 0 a 1, onde 0 representa a não ocorrência e 1 a ocorrência do item.

4 – Após a busca no Google utilizar a busca do próprio site da universidade para itens que não tenham sido encontrados.

5 – Após a busca no Google e a busca no site, iniciar a busca link por link pelos demais itens, registrando conforme a escala anterior, utilizar o mapa do site, se houver.

6 – Concluída as etapas de análise faz-se uma revisão de todos os itens registrados.

OBS.: As palavras-chave são apenas para facilitar a localização do item, contudo este deverá se caracterizado conforme a descrição.

ANEXO A – Formulário de coleta de dados do índice

Índice de Divulgação das Universidades Federais			
Categoria 1 – Dados gerais da instituição			
Ord.	**Item**	**Descrição**	**Palavras-chave**
1	Organograma	Gráfico da estrutura forma da Universidade	Organograma / Estrutura / funções
2	Órgãos de gestão e funções	Lista nominal dos órgãos de gestão (Pró-reitorias, Conselhos, Direções, Departamentos, etc.) com suas respectivas funções.	Órgãos / Gestão / Direção / Administração / Estrutura / Funções
3	Acesso ao plano de desenvolvimento e/ou Plano Operacional Anual	Documento em que se definem a missão da instituição de ensino superior e as estratégias para atingir suas metas e objetivos.	Plano de desenvolvimento institucional / Plano Operacional anual / PDI
4	Acesso ao código de bom governo e código de ética	Documento com diretrizes que orientam as pessoas quanto às suas posturas e atitudes ideais, moralmente aceitas ou toleradas	Código de ética / Ética / Código de bom governo / Comissão de ética
5	Lista de contatos de funcionários	Lista de contato nominal dos servidores	Contatos / Servidores / Funcionários
6	Serviços de notícias sobre suas atividades acadêmicas (jornal de anúncios)	Serviços de notícias sobre suas atividades acadêmicas como jornais, folhetins, boletins, etc.	Notícias / Jornal / Folhetim / Boletim / Informativo

7	Calendário de eventos e processos acadêmicos	Calendário de eventos e processos acadêmicos	Calendário / Eventos
8	Arquivos de reunião dos corpos colegiados	Arquivos de reunião dos corpos colegiados como atas das reuniões, portarias e decisões	Atas / Portarias / Decisões / Conselhos
9	Relação nominal e breve resumo dos diretores	Relação nominal e breve resumo do currículo dos ocupantes de cargos de direção	Currículo Diretores / Currículo Pro reitores / Currículo Reitor
10	Agenda do reitor	Agenda do Reitor com seus compromissos oficiais	Agenda do Reitor
11	Especificam-se dados bibliográficos do reitor e vice-reitores	Dados bibliográficos do reitor e vice-reitores	Currículo reitor / Dados Reitor
12	Especifica-se informação sobre salários	Divulga informação sobre salários	Salários
13	Regulamentos emitidos	Regulamentos emitidos pela universidade como normas, portarias, resoluções, decisões, instruções normativas, regimentos, estatutos etc.	Regulamentos emitidos / Normas / Portarias / Resoluções / Decisões / instruções normativas / regimentos / estatutos
14	Estatuto da universidade	Estatuto da universidade	Estatuto
15	Bolsas de monitoria/estágio universitárias	Divulga lista de bolsas de monitoria ou estágio oferecidas	Bolsas / monitoria / estágio
16	Como chegar à universidade	Divulga mapa ou passo a passo de como chegar a universidade	Como chegar / mapa
17	Estatísticas sobre o número e tipo vagas e tipo em cada faculdade	Divulga quantidade de vagas e tipo de vagas por faculdade, centro ou curso	Vagas / Número de vagas / Vestibular / Candidato
18	Publicações universitárias (periódicos, jornais, revistas)	Lista as publicações da universidade como periódicos, jornais, revistas e livros	Publicações / periódicos / jornais / revistas / livros
19	Endereços das unidades e setores da entidade	Divulga endereços das unidades e setores da entidade	Endereços / Como chegar
20	Telefones das unidades e setores da entidade	Divulga telefones das unidades e setores da entidade	Telefones / Catálogo telefônico

21	Horários de atendimento ao público nas unidades e setores da entidade	Divulga horários de atendimento ao público nas unidades e setores da entidade	Horário de atendimento / Expediente / Funcionamento
22	Rol das informações que tenham sido classificadas e desclassificadas por grau de sigilo nos últimos 12 meses	Divulga lista das informações que tenham sido classificadas e/ou desclassificadas como sigilosas, por grau de sigilo nos últimos 12 (doze) meses	Sigilosas / Acesso a informação / Serviço de Informações ao Cidadão / SIC
23	Quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, informações genéricas sobre os solicitantes	Divulga a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, informações genéricas sobre os solicitante	Pedidos de acesso a informação / Serviço de Informações ao Cidadão / SIC
24	Funcionários/faculdade	Divulga a quantidade de funcionários por faculdade, centro ou departamento	Funcionário por setor / Funcionário por faculdade
Categoria 2 – Atividades acadêmicas (ensino)			
25	Relação da oferta de programas de graduação e pós-graduação	Relaciona os cursos de graduação e pós graduação ofertados	Cursos de graduação / Cursos de pós graduação / Mestrado / Doutorado
26	Descrição dos planos de estudos e programas de disciplinas	Divulga Ementas, programas de disciplinas e planos de estudos	Ementas / programas de disciplinas / planos de estudos
27	Enunciação do número de estudantes matriculados em graduação e pós-graduação	Se divulga o número de estudantes matriculados em graduação e pós-graduação	Número de matriculados / Número de estudantes / matriculados
28	Relação nominal ou numérica da composição docente	Se divulga a relação nominal de docentes da instituição	Relação de docentes / Relação de professores / docentes / professores
29	Descrição da qualificação dos docentes	Se divulga a descrição da qualificação dos docentes	Qualificação dos docente / Qualificação dos professores / Titulação
30	Editais públicos para a contratação docente	Se publica os Editais públicos para a contratação docente	Edital / Concurso / Concurso professor/ Concurso docente
31	Relação nominal de programas para a formação docente	Se publica a relação nominal de programas para a formação de docentes	Programas de Formação docente / Programas de Qualificação docente
32	Descrição de suas	Se publica a descrição de suas instalações físicas: Laboratórios,	Estrutura física / Instalações

	instalações	bibliotecas, salas de aulas, etc.	físicas
33	Acesso a ferramentas tecnológicas e eletrônicas que facilitam os processos acadêmicos (biblioteca virtual, bases de dados, *e-learning*, entre outros)	Se disponibiliza o acesso a ferramentas tecnológicas e eletrônicas que facilitam os processos acadêmicos, como biblioteca virtual, bases de dados, *e-learning*, entre outros	Biblioteca virtual / *e-learning* / aprendizagem virtual
34	Formandos	Se disponibiliza lista de alunos formados	Lista de formados / Lista de egressos
35	Emprego/destino dos estudantes da educação	Destino dos alunos Egressos /	Destino dos egressos / Destino dos Alunos egressos / Destino dos formados / Destino dos Alunos formados
36	Percentual de estudantes na faculdade	Divulga o percentual de estudantes na faculdade, detalhando a distribuição do corpo discente por cursos, centros e faculdades	Distribuição do corpo discente / Distribuição dos alunos / Alunos por curso/centro/faculdade
Categoria 3 – Atividades acadêmicas (pesquisa)			
37	Registro de alunos em pesquisa ou assistentes de pesquisa	Divulga lista de alunos vinculados a projetos de pesquisa ou de assistentes de pesquisa	Projetos de pesquisa aluno / Projeto de pesquisa bolsista
38	Relação nominal ou apresentação das publicações e/ou trabalhos desenvolvidos por alunos ou assistentes de pesquisa	Divulga Relação nominal ou apresentação das publicações e/ou trabalhos desenvolvidos por alunos ou assistentes de pesquisa	Publicações de alunos Artigos publicados de alunos / Trabalhos publicados de alunos
39	Relação das redes de pesquisa das quais participam os alunos ou assistentes de pesquisa	Divulga Relação das redes de pesquisa nas quais participam alunos ou assistentes de pesquisa	Redes de pesquisa aluno / Redes de pesquisa bolsista
40	Enunciação de linhas de pesquisa institucionais ou dos grupos de pesquisa	Divulga as linhas de pesquisa institucionais ou dos grupos de pesquisa	Linhas de pesquisa / Grupos de pesquisa
41	Enunciação dos grupos de pesquisa	Divulga os grupos de pesquisa	Grupos de pesquisa
42	Enunciação dos projetos de pesquisa	Divulga os projetos de pesquisa	Projetos de pesquisa

43	Relação das redes de pesquisa das quais participam os grupos ou os docentes pesquisadores	Divulga a Relação das redes de pesquisa nas quais participam os grupos ou os docentes pesquisadores	Redes de pesquisa docente/professor / Grupos de pesquisa docente/professor
44	Relação das patentes nacionais e internacionais e os segredos industriais desenvolvidos na instituição	Divulga a relação das patentes nacionais e internacionais e os segredos industriais desenvolvidos na instituição	Patentes / Segredos industriais / Propriedade Intelectual
45	Relação das revistas ou de documentos que utilizam para divulgar os resultados dos processos de pesquisa formal	Divulga a relação das revistas ou de documentos que instituição utiliza para divulgar os resultados da pesquisa formal	Lista/Relação de Revistas / Lista/Relação de Periódicos / Lista/Relação de Congressos
Categoria 4 – Atividades acadêmicas (extensão)			
46	Enunciação de programas e/ou atividades de difusão do conhecimento (cursos, formados, seminários e/ou oficinas)	Divulga os programas e/ou atividades de difusão do conhecimento (cursos, formados, seminários e/ou oficinas).	Cursos Extensão/ Comunidade / Seminários Extensão/ Comunidade / Oficinas Extensão/ Comunidade
47	Enunciação de atividades de serviço tendentes a procurar o bem estar da comunidade	Divulga as atividades de serviço tendentes a procurar o bem estar da comunidade	Projetos Comunidade / Ações Comunidade / Atividades Comunidade
48	Enunciação de atividades de consultoria	Divulga as atividades de consultoria executadas	Consultoria / Atividades de Consultoria
Categoria 5 – Informação financeira e de gestão			
49	Acesso aos orçamentos e execução orçamentária do último ano	Se permite o acesso aos orçamentos e execução orçamentária do último ano	Orçamento / Execução orçamentária / Balanço Orçamentário
50	Modificações no orçamento	Se disponibiliza as Modificações ocorridas no orçamento	Crédito suplementar / crédito especial / crédito extraordinário
51	Gastos executados	Gastos executados	Gastos / Despesas
52	Receita executada	Se disponibiliza a Receita executada	Receita executada / Receita orçamentária / Receita realizada

53	Indicadores orçamentários	Se disponibiliza Indicadores Orçamentários (Custo corrente por aluno, Custo aluno-hora, Índice de execução orçamentária, etc.)	Indicadores Orçamentários / Custo corrente por aluno / Custo aluno-hora / Índice de execução orçamentária
54	Fluxos de caixa	Se disponibiliza Fluxos de caixa	Fluxo de caixa / Demonstração dos Fluxos de Caixa / DFC
55	Dívida ativa	Se disponibiliza valor da Dívida ativa	Dívida ativa / restos a pagar
56	Variação da dívida	Se disponibiliza a Variação da dívida entre os anos	Dívida ativa / restos a pagar
57	Ativos não correntes	Se disponibiliza o valor dos Ativos não correntes, normalmente no balanço patrimonial	Ativos não correntes / Balanço patrimonial / Ativo Permanente
58	Variação de ativos não correntes	Se disponibiliza as variação de ativos não correntes	Ativos não correntes / Balanço patrimonial / Ativo Permanente
59	Indicadores financeiros (índices)	Se disponibiliza Indicadores financeiros (Índice de restos a pagar inscritos e não pagos, Índice de pagamentos realizados, Índice de eficiência de execução financeira, etc.)	Indicadores financeiros / Índice de restos a pagar inscritos e não pagos / Índice de pagamentos realizados / Índice de eficiência de execução financeira
60	Capital humano	Se disponibiliza informações de Capital Humano como formação, qualificação e capacitação de docentes e servidores.	Capital Humano / Formação de docentes/servidores / qualificação de docentes/servidores / capacitação de docentes/servidores
61	Acesso aos orçamentos e execução orçamentária com dois ou mais anos de antiguidade	Se possibilita o acesso aos orçamentos e execução orçamentária com dois ou mais anos de antiguidade, no caso do ano de 2011, 2010 e anteriores	Orçamento / Execução orçamentária / Balanço Orçamentário
62	Acesso aos demonstrativos contábeis do último ano	Se possibilita o acesso aos demonstrativos contábeis do último ano, no caso o ano de 2012: / Balanço Patrimonial (BP); / Balanço Orçamentário (BO); / Balanço Financeiro (BF); / Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); / Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); / Demonstração do Resultado Econômico (DRE).	Demonstrativos contábeis / Demonstrações contábeis / Peças contábeis / Relatórios contábeis / Balanço Patrimonial (BP); / Balanço Orçamentário (BO); / Balanço Financeiro (BF); / Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); / Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); / Demonstração das Mutações do Patrimônio

			Líquido (DMPL); / Demonstração do Resultado Econômico (DRE).
63	Acesso aos demonstrativos contábeis de dois ou mais anos	Se permite acesso aos demonstrativos contábeis de dois ou mais anos: / Balanço Patrimonial (BP); / Balanço Orçamentário (BO); / Balanço Financeiro (BF); / Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); / Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); / Demonstração do Resultado Econômico (DRE).	Demonstrativos contábeis / Demonstrações contábeis / Peças contábeis / Relatórios contábeis / Balanço Patrimonial (BP); / Balanço Orçamentário (BO); / Balanço Financeiro (BF); / Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); / Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); / Demonstração do Resultado Econômico (DRE).
64	Acesso ao parecer de auditoria ou ao parecer da CGU do último ano	Se disponibiliza o parecer de auditoria ou ao parecer da CGU do último ano	O parecer de auditoria / parecer da CGU / parecer da Controladoria Geral da União
65	Acesso ao parecer de auditoria ou ao parecer da CGU com dois ou mais anos	Se disponibiliza o parecer de auditoria ou ao parecer da CGU com dois ou mais anos	O parecer de auditoria / parecer da CGU / parecer da Controladoria Geral da União
66	Identificação das políticas contábeis aplicadas para a elaboração da informação contábil	Se disponibiliza as políticas contábeis aplicadas para a elaboração da informação contábil	Políticas contábeis / critérios contábeis / normas contábeis
67	Acesso ao informe de gestão do reitor	Idem à descrição	Verificar se dispõe
68	Acesso a indicadores de gestão	Se disponibiliza indicadores de gestão: Aluno/professor; Aluno/servidor; servidor/professor; taxa de sucesso na graduação;	Indicadores de gestão / Aluno/professor / Aluno/servidor / servidor/professor / taxa de sucesso na graduação
69	Divulgação de orientações para a contratação de terceiros	Se divulgação orientações para a contratação de terceiros, ou seja, critérios para a terceirização	Orientações para a contratação de terceiros, / critérios para a terceirização
70	Plano estratégico	Se divulga o plano estratégico aprovado ou o Planejamento estratégico da	Plano estratégico /

	aprovado	instituição	Planejamento estratégico
71	Execução do plano estratégico	Se divulga a execução do plano estratégico, ou seja, disponibiliza o acompanhamento da execução do planejamento estratégico	Plano estratégico / Planejamento estratégico
72	Publicação dos editais de licitação da compra de bens e serviços	Se publica os editais de licitação da compra de bens e serviços	Editais de licitação / Licitações / Compras / Contratos de licitação
73	Execução de obras e serviços licitados	Se divulga a execução de obras e serviços licitados, permitindo acompanhar o status de execução destes contratos	Execução licitação / status licitação / execução contratos / status contratos
74	Fornecedores padrão	Divulga lista com critérios para contratação de fornecedores	Critérios para contratação de fornecedores
75	Depreciação	Divulga o valor da depreciação de seus ativos	Depreciação
76	Custo unitário por estudante	Divulga o custo unitário por estudante	Custo por estudante
77	Subsídio para pesquisa	Divulga os valores de Subsídio para pesquisa	Subsídio para pesquisa / Investimento em pesquisa
78	Alocação de custos indiretos	Divulga critérios utilizados para a Alocação de Custos Indiretos	Custos indiretos / Critérios de alocação
79	Biblioteca	A Biblioteca possui seção específica	Biblioteca
80	Investimentos	Divulga valores de investimentos	Investimentos
81	Compromissos e contingências	Divulga valores referentes a Compromissos e contingências	Compromissos / Contingências
82	Emprego e informação do patrimônio educacional	Divulga detalhes sobre o Emprego e informações do patrimônio educacional	Utilização do espaço físico / Utilização da infraestrutura / Utilização do patrimônio
83	Revisão financeira	Divulga detalhes referentes a revisões financeiras efetuadas	Revisão financeira
84	Link para a página denominada Transparência Pública	Divulga Link para a página denominada Transparência Pública	Transparência Pública
85	Link para a página Processos de Contas Anuais	Divulga Link para a página Processos de Contas Anuais	Processos de Contas Anuais
86	Informações sobre repasses ou transferências de recursos financeiros	Divulga Informações sobre repasses ou transferências de recursos financeiros	Repasses de recursos / transferências de recursos
87	Resultados de licitação	Divulga os Resultados de licitação	Resultados de licitação /

			Vencedores de licitação / licitação
88	Contratos de licitação	Divulga os Contratos de licitação	Contratos de licitação / Licitação
Categoria 6 – Características da informação financeira			
89	Caráter completo da informação: existe a possibilidade de consultar a Contabilidade Geral na página web	Divulga na integra a Contabilidade Geral em página web permitindo acessar todos os demonstrativos contábeis, critérios contábeis, depreciações, avaliações de ativos, etc.	Verificar se existe seção dedicada a contabilidade geral
90	Periodicidade da informação fornecida	Divulga a Informação financeira periodicamente sem lacunas na divulgação	Verificar se a informação financeira é divulgada sem lacunas de periodicidade na divulgação
91	Comparabilidade da informação: existe possibilidade de comparabilidade da informação.	A informação financeira divulgada permite a comparabilidade da informação entre períodos	Verificar se existe a possibilidade de comparabilidade da informação entre períodos
92	Compreensibilidade da informação: se incluem índices e gráficos ou imagens e comentários de apoio para apresentar a informação financeira	A informação financeira inclui índices e gráficos ou imagens e comentários de apoio para apresentar a informação financeira	Verificar se a informação financeira inclui índices e gráficos ou imagens e comentários de apoio para apresentar a informação financeira
93	Relevância da informação: se oferece na internet informação segregada	A informação financeira é divulgada em seção segregada com os dados agrupados	Verificar se a informação financeira é divulgada em seção segregada com os dados agrupados
94	Confiabilidade da Informação: se oferece informação auditada	A informação financeira é auditada pela CGU ou outro órgão externo à instituição	Verificar se a informação financeira é auditada pela CGU ou outro órgão externo à instituição
Categoria 7 – Informação sobre responsabilidade social			
95	Informação sobre indicadores de responsabilidade econômica	Divulga Informação sobre indicadores de responsabilidade econômica: Critérios de avaliação de fornecedores, Política do consumo consciente, etc.	Responsabilidade econômica / Critérios de avaliação de fornecedores / Política do consumo consciente
96	Responsabilidade social	Divulga informações sobre responsabilidade social: Desenvolvimento de projetos sociais, impacto da instituição na comunidade de entorno, Relações com organizações sociais, etc.	Responsabilidade social / Desenvolvimento de projetos sociais / impacto da instituição na comunidade de entorno / Relações com organizações

			sociais
97	Responsabilidade ambiental	Divulga informações sobre Responsabilidade ambiental: Compromisso com tecnologias mais limpas, Política de gestão ambiental, Minimização do consume de recursos naturais, etc.	Responsabilidade ambiental / tecnologias mais limpas / gestão ambiental / consume de recursos naturais
Categoria 8 – Informação sobre condições de qualidade administrativa e acadêmica da instituição			
98	Visualização do selo de qualidade que certifica a aplicação de normas ISO para a gestão pública ou de gestão acadêmica	Existe selo de qualidade que certifica a aplicação de normas ISO para a gestão pública ou de gestão acadêmica	Selo de qualidade / Qualidade ISO / Certificação de qualidade / Certificação ISO
99	Relação nominal ou identificação dos programas que têm registro qualificado e certificação voluntária	Divulga a relação nominal ou identificação dos programas que tem registro qualificado e certificação voluntaria de qualidade	Certificação de qualidade
100	Acesso aos Informes de auto avaliação e autor regulação no âmbito institucional o de programas	Divulga os Informes de auto avaliação e autor regulação no âmbito institucional o de programas	Avaliação institucional / auto avaliação
101	Relação de prêmios obtidos pela comunidade acadêmica	Divulga relação de prêmios obtidos pela comunidade acadêmica	Prêmios obtidos / Premiações
102	Relação dos resultados dos Exames de Qualidade da Educação Superior (ENADE, IGC e CPC)	Divulga a relação dos resultados dos Exames de Qualidade da Educação Superior (ENADE, IGC e CPC)	ENADE / IGC / CPC / Exame de qualidade
Categoria 9 – Informação relativa à navegabilidade, acesso e desenho da página web			
103	É possível encontrar a informação em vários idiomas	Divulga as informações do site em vários idiomas	Verificar se divulga
104	Disponibiliza links para acessar a sites vinculados com a regulação ou gestão acadêmica, avaliação da qualidade ou rankings de universidades, entre outros	Idem à descrição.	Regulação acadêmica / gestão acadêmica / avaliação da qualidade / rankings de universidades

105	Inclui-se nas páginas a data da última atualização	Idem à descrição	Verificar se inclui
106	Dispõe de uma seção específica na qual agrupa a informação financeira e orçamentária que difunde	Idem à descrição	Verificar se dispõe
107	Dispõe de uma seção específica de prestação de contas	Idem à descrição	Verificar se dispõe
108	Disponibiliza um mapa da página web	Idem à descrição	Verificar se dispõe
109	Incorporação de motores de busca na página web para facilitar o acesso à informação	Idem à descrição	Verificar se tem busca no site
110	Incluem-se suportes multimídia como apoio para apresentação de dados orçamentários e contábeis	Existe suporte em múltiplas mídias (vídeos, áudio, apresentações) para apresentar os dados financeiros	Verificar se existe suporte em múltiplas mídias (vídeos, áudio, apresentações) para apresentar os dados financeiros
111	Incorporam-se recursos que facilitam uma correta impressão da informação	Possui botão de impressão	Verificar se possui botão para a impressão das informações divulgadas
112	Permite-se o download de arquivos que o usuário pode utilizar em diversas aplicações	Permite baixar as informações divulgadas em múltiplos formados (PDF, DOC, Excel, etc.)	Verificar se permite baixar as informações divulgadas em múltiplos formados (PDF, DOC, Excel, etc.)
113	Disponibiliza o endereço postal e eletrônico de contato da universidade	Idem à descrição	Verificar se disponibiliza
114	A segurança da página web está certificada por uma entidade independente e sólida	Idem à descrição	Verificar se a página é certificada (HTTPS ou cita a empresa certificadora)
115	Há uma seção específica no site para acessar cada tipo de informação	O site possui seções que agrupam as informações por tipo	Verificar se o site possui seções que agrupam as informações por tipo

116	Formatos eletrônicos utilizados para divulgação de informações financeiras	As informações financeiras são divulgadas em múltiplos formados (PDF, DOC, Excel, etc.)	Verificar se as informações financeiras são divulgadas em múltiplos formados (PDF, DOC, Excel, etc.)
117	É claramente diferenciado na web a existência de links externos e internos do ente público	Idem à descrição	Verificar se existe claramente diferenciado o acesso
118	A página web utiliza como ferramenta hiperlinks na informação financeira prestada	Existem links nos relatórios financeiros e demais informações financeiras divulgadas	Verificar a existência
119	Responsabilidade do conteúdo divulgado na página web	Divulga o responsável (pessoa ou setor) por divulgar as informações	Verificar se divulga
120	A página web oferece a informação em formato de áudio e/ou vídeo	Idem à descrição	Verificar se disponibiliza
121	Possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina	Idem à descrição	Verificar se há referência para acesso por aplicativos automatizados
122	Divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação	Idem à descrição	Verificar se divulga o detalhes do formato da informação
Categoria 10 – E-Serviços			
123	Facilita-se o download de formulários e impressos para as tramitações administrativas da educação formal	Disponibiliza downloads de formulários para os alunos da graduação	Verificar se disponibiliza
124	Facilita-se o download de formulários e impressos para as tramitações administrativas de cursos de aprimoramento	Disponibiliza downloads de formulários para os alunos de cursos de aprimoramento	Verificar se disponibiliza
125	É possível realizar on-	É possível realizar procedimentos online	Verificar se é possível

	line transações administrativas da educação formal	na graduação	
126	É possível realizar on-line transações administrativas de cursos de aprimoramento	É possível realizar procedimentos online nos cursos de aprimoramento	Verificar se é possível
127	É possível tramitar integralmente até o pagamento as transações administrativas da educação formal	É possível tramitar online até o pagamento transações administrativas na graduação (pagamento de taxas, pagamento por serviços, etc.)	Verificar se é possível
128	É possível tramitar integralmente até o pagamento as transações administrativas de cursos de aprimoramento	É possível tramitar online até o pagamento transações administrativas nos cursos de aprimoramento (pagamento de taxas, pagamento por serviços, etc.)	Verificar se é possível
129	E-learning na educação formal	Utiliza ferramentas de e-learning (ambientes de aprendizagem virtual) na educação formal	Verificar se utiliza
130	*E-learning* em cursos de aprimoramento	Utiliza ferramentas de *e-learning* (ambientes de aprendizagem virtual) em cursos de aprimoramento	Verificar se utiliza
Categoria 11 – E-Participação			
131	Caixa de reclamações ou sugestões	Disponibiliza link para sugestões e reclamações	Ouvidoria / Ombudsman / Sugestões / reclamações
132	Foros de discussão na web da universidade	Disponibiliza foros de discussão institucionais	Foros de discussão
133	Chat	Disponibiliza chats institucionais	Chat
134	Pesquisas de opinião	Realiza no site Pesquisas de opinião	Verificar se realiza
135	Blog	Disponibiliza blogs institucionais	Blog
136	A página web apresenta endereço de contato com as pessoas responsáveis pelos serviços prestados na universidade	Possui lista de contatos com serviços prestados e responsáveis	Serviços prestados / Lista de contatos / Catálogo de contatos / Catálogo de telefones
137	A página web permite a inclusão de um mailing list para	Possui *mailing list* ou *newsletter* institucional	*Mailing list* / *newsletter*

	permitir atualização de informação aos usuários que assim o solicitem		
138	A página web indica local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o webmaster para a solicitação de informação geral pelo usuário	Possui contato do webmaster ou responsável pelo conteúdo	Verificar se possui
139	Apresenta seção com perguntas e respostas	Idem a descrição	Perguntas e respostas / Perguntas frequentes / Questões frequentes / Dúvidas frequentes

APÊNDICE A – Apresentação das Universidades participantes do estudo

Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS)

O Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS)[1] foi criado em 29 de dezembro de 2008, através da Lei 11.892, que também instituiu, outros 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no país. Além disso, o IFRS tem mais de 200 opções de cursos técnicos de nível médio, de graduação, especializações e mestrados profissionais. Possui 17 *campi:* Rio Grande, Rolante, Sertão, Vacaria, Veranópolis, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Ibirubá, Osório, Porto Alegre, Alvorada, Bento Gonçalves, Restinga, Viamão, Farroupilha e Feliz. A Reitoria é sediada em Bento Gonçalves. Na Figura 1, apresenta-se a página inicial do portal eletrônico desta IES.

Figura 1 — Página inicial do portal eletrônico do IFRS

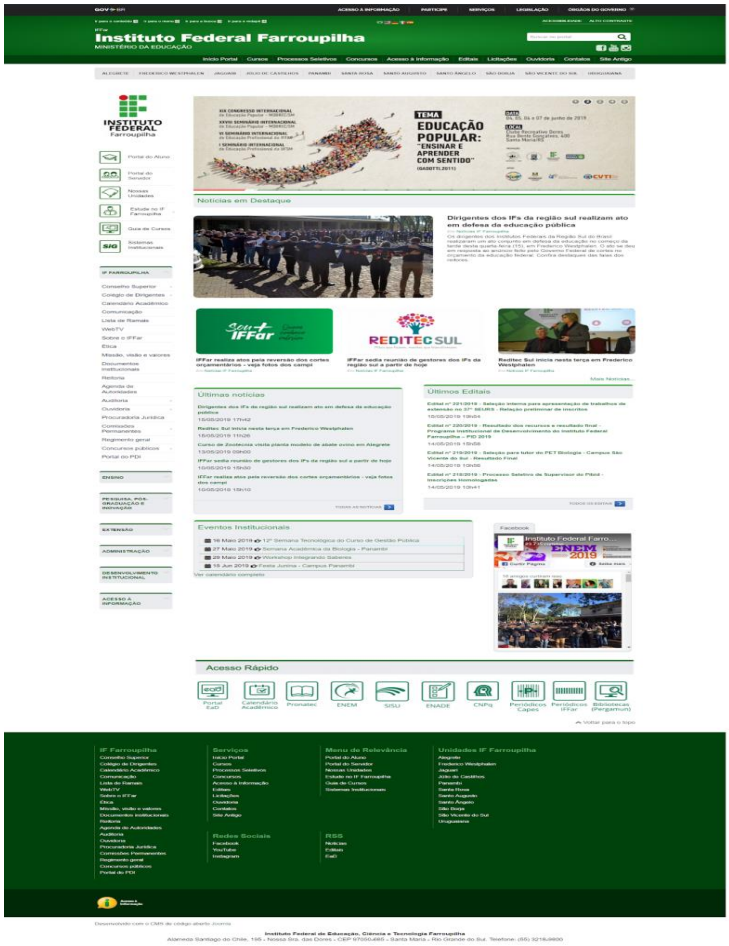
Fonte: https://ifrs.edu.br/

[1] Disponível em: <https://ifrs.edu.br/institucional/teste/>. Acesso em: 15 de maio 2019. Adaptado pelo autor.

Instituto Federal Farroupilha (IFFar)

O Instituto Federal Farroupilha (IFFar)[2] foi criado em 29 de dezembro de 2008 através da Lei n° 11.892. O IFFar é considerado “uma instituição com natureza jurídica de autarquia, que lhe confere autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar”. Além disso, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha é considerado pluricurricular e multicampi que disponibiliza educação de cunho profissional sobre distintos aspectos de ensino e qualificação. Conta com 11 *campi*, 27 cursos de graduação sendo 8 cursos bacharéis, 12 cursos de tecnologia, 7 cursos de licenciaturas e 12 pós graduações. Na Figura 2, apresenta-se a página inicial do portal eletrônico desta IES.

Figura 2 — Página inicial do portal eletrônico do IFFar



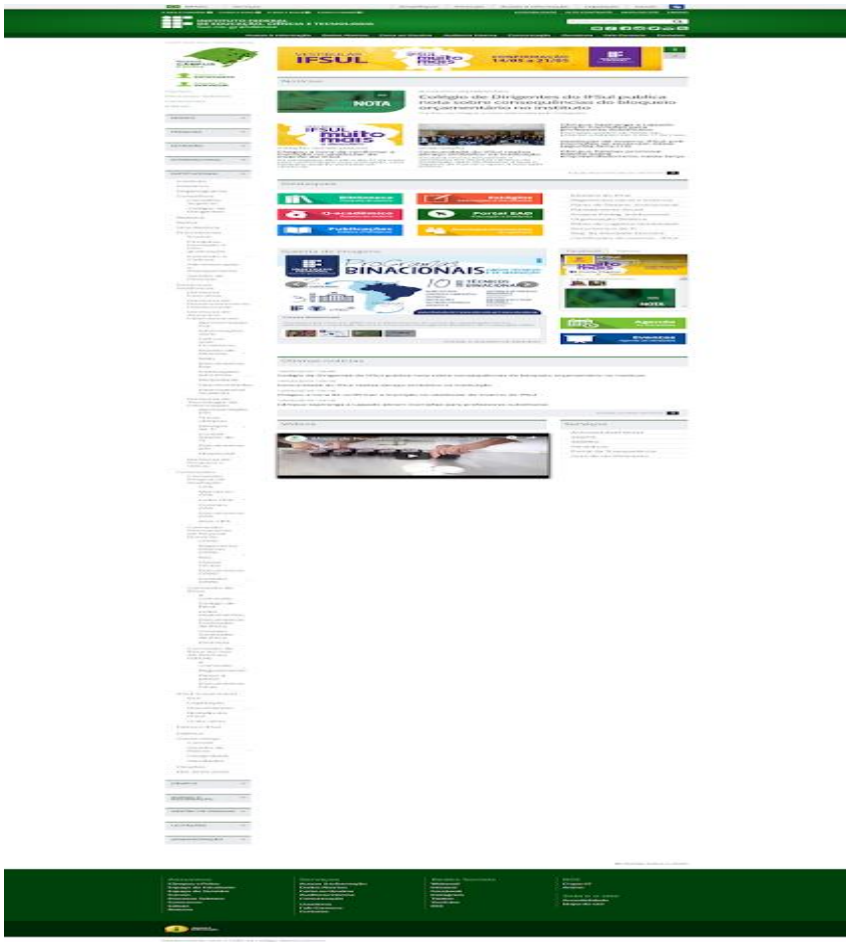
Fonte: https://www.iffarroupilha.edu.br/portal

[2] Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/a-institui%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 15 de maio 2019. Adaptado pelo autor.

Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSul)

O Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSul)[3] foi criado a partir do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas (CEFET-RS) em 29 de dezembro de 2008, através da Lei n°11.892. O IFSul tem sua sede em Pelotas no Rio Grande do Sul, e apresenta 14 *campi,* sendo estes: Bagé, Camaquã, Charqueadas, Gravataí, Jaguarão, Lajeado, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas, Pelotas-Visconde da Graça, Santana do Livramento, Sapiranga, Sapucaia do Sul e Venâncio Aires. Além disso, a Instituição se considera “uma verdadeira incubadora de políticas sociais, uma vez que constrói uma rede de saberes que entrelaça cultura, trabalho, ciência e tecnologia em favor da sociedade”. Na Figura 3, apresenta-se a página inicial do portal eletrônico desta IES.

Figura 3 — Página inicial do portal eletrônico do IFSul



Fonte: http://www.ifsul.edu.br/

[3] Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/instituto>. Acesso em: 15 de maio 2019. Adaptado pelo autor.

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)

A Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)[4] foi criada pelo Poder Executivo autorizado pela Lei nº 11.646, em 10 de julho de 2001. Está presente em 24 municípios gaúchos e tem sede na capital do Estado. Além disso, é uma fundação de direito privado, multicampi. Ministra não só cursos de bacharelado, licenciatura e tecnólogo, como também oferece cursos de Pós-Graduação Lato Sensu (especialização). O primeiro curso de Mestrado foi aberto em 2016 em São Francisco de Paula, relacionado ao Ambiente e Sustentabilidade. Possui 12 cursos bacharéis, 7 cursos de licenciaturas, 19 especializações e 4 mestrados. Na Figura 4, apresenta-se a página inicial do portal eletrônico desta IES.

Figura 4 — Página inicial do portal eletrônico da UERGS

Fonte: https://www.uergs.rs.gov.br/inicial

[4] Disponível em: <https://www.uergs.rs.gov.br/apresentacao>. Acesso em: 15 de maio 2019. Adaptado pelo autor.

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)[5] foi criada pela Lei Nº 12.029, de 15 de setembro de 2009. Com sua Reitoria localizada na cidade de Chapecó (SC), a UFFS também dispõe de outros *campi* nas cidades de Cerro Largo (RS), Erechim (RS), Passo Fundo (RS), Laranjeiras do Sul (PR) e Realeza (PR). Além disso, abrange cerca de 400 municípios da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. A instituição conta com mais de 40 cursos de graduação e também disponibiliza especializações em mestrados e doutorados, além de dispor de projetos de pesquisas, ensino e extensão. Na Figura 5, apresenta-se a página inicial do portal eletrônico desta IES.

Figura 5 — Página inicial do portal eletrônico da UFFS

Fonte: https://www.uffs.edu.br/

[5] Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/apresentacao>. Acesso em: 15 de maio 2019. Adaptado pelo autor.

Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)

A Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)[6] foi criada em 8 de dezembro de 1953, sendo reconhecida somente após o decreto nº 54.234 em 1964. A Instituição está em atividade desde 1961, quando era denominada como Faculdade Católica de Medicina de Porto Alegre. Somente em 1980 ela foi federalizada, e é atualmente conhecida pela excelência no seu processo educacional. Além disso, é uma instituição especializada na área da saúde, dispondo de cursos como: Medicina, Biomedicina, Nutrição, Fonoaudiologia, Psicologia, Enfermagem, Fisioterapia, Farmácia, Química Medicinal, entre outros. Dessa forma, a instituição apresenta um único *campi* e disponibiliza 16 cursos de graduação e 15 programas de pós graduação. Na Figura 6, apresenta-se a página inicial do portal eletrônico desta IES.

Figura 6 — Página inicial do portal eletrônico da UFCSPA

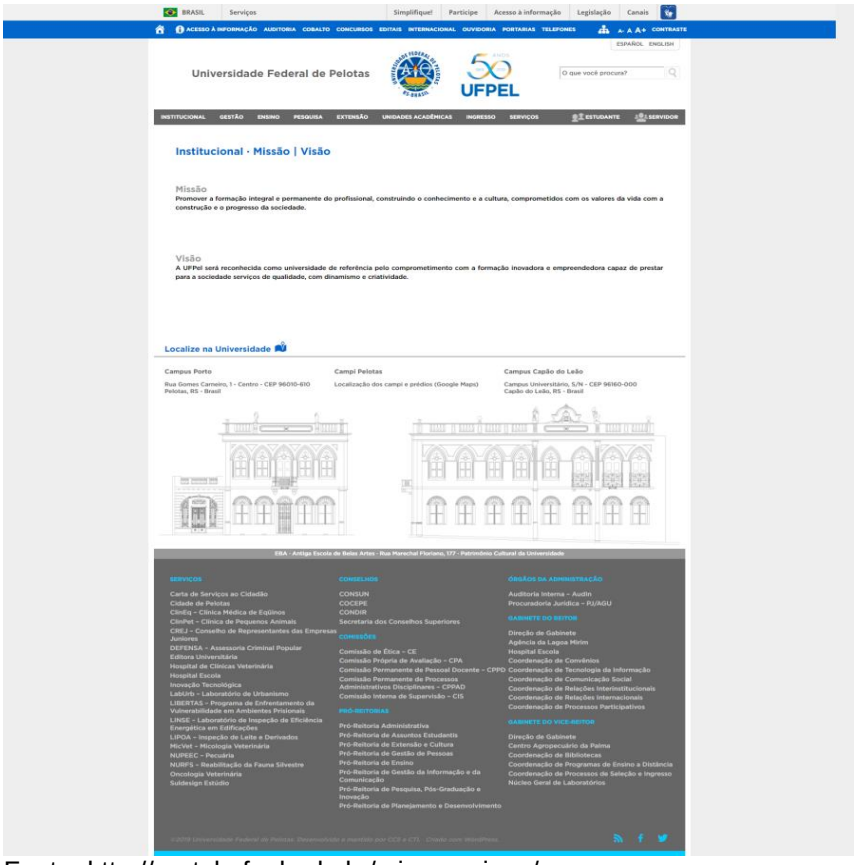
Fonte: https://www.ufcspa.edu.br/

[6] Disponível em: <https://www.ufcspa.edu.br/index.php/historico>. Acesso em: 15 de maio 2019. Adaptado pelo autor.

Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

A Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)[7] foi criada em 1969 com a denominação de Universidade Rural do Sul sendo localizada na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul. No ano de 1967 a universidade foi federalizada através do decreto nº 60.731, passando a ser denominada Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul (UFRRS). Em 1969 o Presidente da República assinou o decreto que transformou a UFRRS, na atual Universidade Federal de Pelotas (UFPel). O primeiro reitor da UFPel foi o professor Delfim Mendes Silveira. A Universidade possui seis *campi*, sendo eles: *Campi* Capão do Leão, *Campi* Porto, *Campi* Centro, *Campi* Norte, o *Campi* Fragata e o *Campi* Anglo, onde localiza-se a reitoria. Conta também com 96 cursos de graduação presenciais, 26 doutorados, 50 mestrados e 34 cursos de especialização. Na Figura 7, apresenta-se a página inicial do portal eletrônico desta IES.

Figura 7 — Página inicial do portal eletrônico da UFPEL



Fonte: http://portal.ufpel.edu.br/missao-visao/

[7] Disponível em: <http://portal.ufpel.edu.br/historico/>. Acesso em: 15 de maio 2019. Adaptado pelo autor.

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)[8] é uma Instituição de Ensino Superior criada através da Lei n. 3.834-C, de 14 de dezembro de 1960 e oficializada em 1961, tendo o Prof. Dr. José Mariano da Rocha Filho o papel principal em fundar e idealizar a mesma, que até então era denominada como Universidade de Santa Maria (USM). Além disso, a UFSM só passou a ser dominada como Instituição Federal a partir da Lei n. 4.759, de 20 de agosto de 1965. Atualmente a UFSM conta com 28.776 alunos, 262 cursos, 2.053 docentes e 2.685 técnicos administrativos em educação. Na Figura 8, apresenta-se a página inicial do portal eletrônico desta IES.

Figura 8 — Página inicial do portal eletrônico da UFSM

Fonte: https://www.ufsm.br/

[8] Disponível em: <https://www.ufsm.br/historia/>. Acesso em: 15 de maio 2019. Adaptado pelo autor.

Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

A Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)[9] foi criada pela Lei nº 11.640 de 11 de Janeiro de 2008 e faz parte do programa de expansão das universidades federais do país. Ela foi criada com o intuito de reduzir o processo de estagnação da economia e desenvolver o Rio Grande do Sul. Possui 10 *campi* localizados em Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana. Além disso, disponibiliza 69 cursos de graduação, 4 doutorados, 18 mestrados e 35 especializações. Na Figura 9, apresenta-se a página inicial do portal eletrônico desta IES.

Figura 9 — Página inicial do portal eletrônico da UNIPAMPA

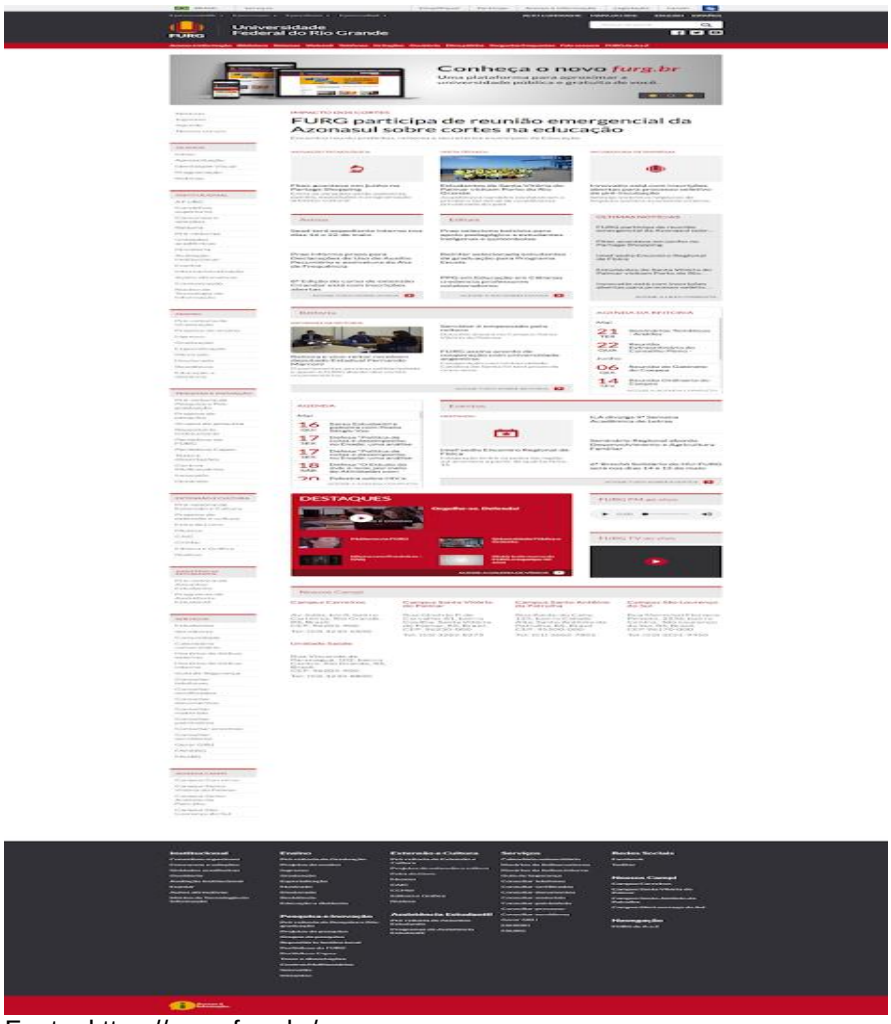
Fonte: http://novoportal.unipampa.edu.br/novoportal/

[9] Disponível em: <http://novoportal.unipampa.edu.br/novoportal/universidade>. Acesso em: 15 de maio 2019. Adaptado pelo autor.

Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

A Universidade Federal do Rio Grande (FURG)[10] foi fundada em 20 de agosto de 1969 através do decreto-lei nº 774 e em “21 de outubro, através do decreto nº 65.462, foi criado o Estatuto da Fundação Universidade do Rio Grande, como entidade mantenedora da FURG”. Adolpho Gundlach Pradel foi o primeiro reitor da FURG. A instituição foi uma das primeiras a disponibilizar processos seletivos a estudantes indígenas e quilombolas. Atualmente, a Universidade apresenta 61 cursos de graduação, 14 cursos de residência, 18 cursos de especialização, 31 cursos de mestrado, 13 cursos de doutorado, entre outros. Na Figura 10, apresenta-se a página inicial do portal eletrônico desta IES.

Figura 10 — Página inicial do portal eletrônico da FURG



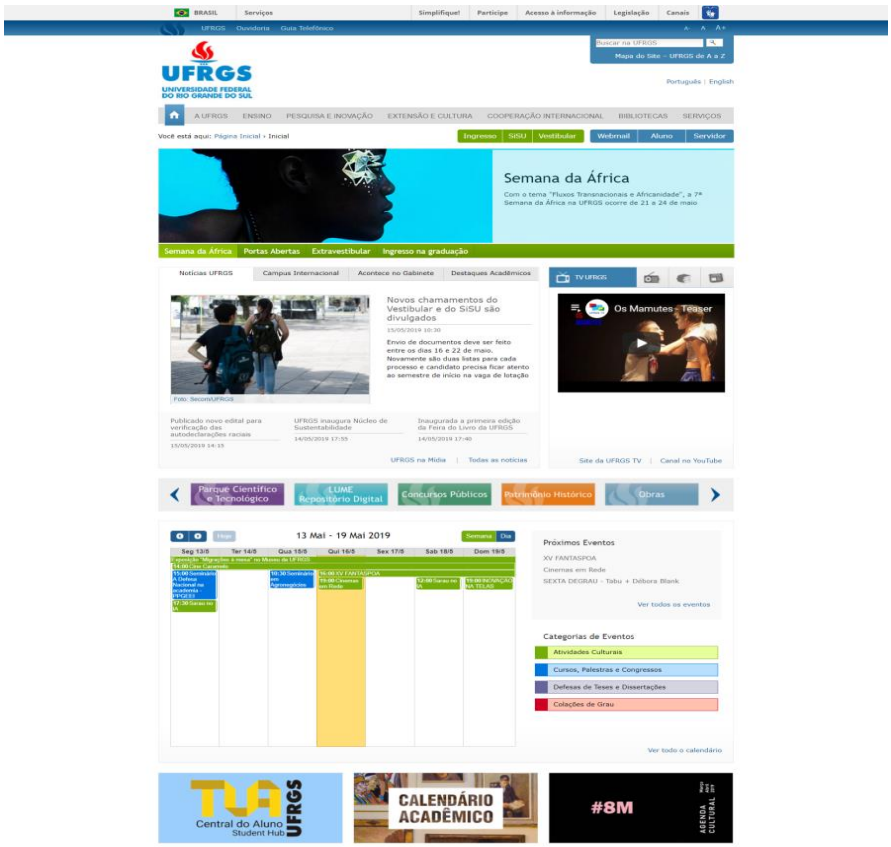
Fonte: https://www.furg.br/

[10] Disponível em: <https://www.furg.br/component/furghistoria/historias>. Acesso em: 15 de maio 2019. Adaptado pelo autor.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)[11] foi criada pelo Decreto Estadual 5.758 em 28 de novembro de 1934, sendo denominada de Universidade de Porto Alegre. Porém, somente em 1950 a instituição foi federalizada e passou a ser chamada de Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A Universidade se localiza em Porto Alegre, sendo amplamente conhecida por ministrar cursos em todas as áreas do conhecimento, desde o Ensino Fundamental até os níveis mais avançados da Pós-Graduação. Além disso, a UFRGS oferece 89 diferentes cursos de Graduação presenciais e 4 cursos a distância. Também apresenta 71 Mestrados Acadêmicos, 9 Mestrados Profissionais e 68 Doutorados, dos quais abrangem todas as áreas do conhecimento. Na Figura 11, apresenta-se a página inicial do portal eletrônico desta IES.

Figura 11 — Página inicial do portal eletrônico da UFRGS



Fonte: http://www.ufrgs.br/ufrgs/inicial

[11] Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/historico>. Acesso em: 15 de maio 2019. Adaptado pelo autor.